

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 6 — Segunda quinzena de junho de 1982 — Cr\$ 50,00

Recado do Lula



Falta de vergonha...

Com nomes diferentes, o Governo tem tentado, em vários pontos do País, dizer ao povo que cuida da sua alimentação, distribuindo comida por preços que parecem baixos. Em alguns lugares é "cesta popular", em outros é "varejão", e vai por aí afora. Mas, por trás disso tudo, o que há é, apenas, a demagogia da época das eleições.

Outro dia eu fui procurado pelo dono de um supermercado, que estava assustado com a falsa propaganda feita pelo "varejão". Enquanto ele, dono de empório, ganhava 50% em cada quilo de feijão preto — de melhor qualidade que o feijão vendido pelo Governo — vendendo o produto a Cr\$ 70,00 o quilo, o tal de "varejão" vendia a mercadoria a Cr\$ 80,00.

Isso significa que nem na época das eleições o Governo consegue se livrar dos compromissos com os atravessadores. Porque, na medida em que não consegue vender mais barato que um supermercado, o "varejão" confirma que está obtendo lucro.

E eu não tenho dúvidas de que esse lucro é para reforçar a campanha dos candidatos do partido do Governo nas eleições de 15 de novembro.



Julio Bernardes Aguiar

Sindicatos contra o "pacotão"

Em Brasília, o repúdio à lei da Previdência Social

P. 4

Espectáculos deprimentes

No dia 6 deste mês, o Partido do Governo — o PDS — fez suas Convenções estaduais em todo o País, para escolha de seus candidatos. Nesses espetáculos, imperaram as manobras, as pressões, as rasteiras entre correligionários.

A Convenção do PDS de São Paulo é uma amostra do que foi nos demais estados.

Resta, agora, o povo mostrar, em 15 de novembro, que não quer saber dos candidatos do PDS.

P. 3

Copa: tabela favorece o Brasil

Seleção brasileira tem grandes chances este ano P.7

Contra a poluição

Comemorando o dia de defesa do meio-ambiente, várias associações de Cubatão fizeram comícios e passeatas, e protestaram contra a poluição, a fumaça, o mau cheiro, a falta de saneamento básico, etc.

Cubatão, perto de Santos, no litoral paulista, é uma das cidades mais poluídas do mundo. Os manifestantes procuraram demonstrar, em seus discursos, que as condições gerais de exploração do trabalhador são as causas dessa situação.

P. 8

A comida está cara e péssima

Desde a hora em que acorda, o trabalhador começa a pagar muito caro pela comida que come. Leite, pão, café, sobem de preço a todo momento. Nas grandes cidades, em que a maior parte dos trabalhadores é obrigada a comer fora de casa, a exploração é maior. Os "pratos feitos", as refeições comerciais, os sanduíches, além de serem caríssimos, são da pior qualidade.

O Governo, evidentemente, não toma qualquer providência. E os trabalhadores continuam pagando o pato.

P. 5

Quem não gosta de um forró?

P. 7

Mulheres fazem seu Encontro

P.6

"Sem Terra": miséria e violência

Os trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul estão denunciando uma série de arbitrariedades cometidas pelos latifundiários contra os posseiros, contra os líderes rurais e contra padres e agentes da Comissão Pastoral da Terra. Eles editam um boletim, cujo título é "Sem Terra", no qual divulgam essas denúncias, bem como as miseráveis condições de vida que levam.

Igual

Os problemas enfrentados pelos "Sem Terra" do Rio Grande do Sul são semelhantes aos da Paraíba, onde também, em documentos endereçados às autoridades, os trabalhadores rurais denunciam a exploração e a repressão.

P. 8

PT de Minas lança seus candidatos



Reunindo mil e quinhentas pessoas, o Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais realizou o seu Encontro Estadual e escolheu, por votações sucessivas, os nomes que comporão a chapa de candidatos majoritários e proporcionais. Após o Encontro, em que também se discutiu e aprovou a plataforma eleitoral, os petistas mineiros saíram em passeata pela avenida Afonso Pena e foram até a praça Sete.

P. 6

Corrida bélica no Brasil

P. 2

Cardenal fala com favelados

P. 5

Leia a "Tribuna Livre"

P. 5

PT cria o Comitê Eleitoral Unificado

P.6

Editorial

Mais um "fundo"...

Mais uma vez o regime e o Governo tentam enganar o trabalhador brasileiro. Agora, o pretexto foi a criação de um "fundo de investimento social" (o Finsocial), pelo qual o Governo diz que vai tirar dinheiro das empresas e devolver ao povo. Não vai nada.

Em primeiro lugar, que história é essa de "fundo social"? Quer dizer que os outros "fundos" criados pelo Governo não tinham fins sociais, e só esse que tem? Por aí já se vê que há malandragem.

Em segundo lugar, as contribuições que as empresas forem obrigadas a entregar ao Governo serão compensadas com o aumento nos preços das mercadorias e nos serviços. E o trabalhador vai ter de pagar, com a mão esquerda, aquilo que aparentemente ele está recebendo com a mão direita.

Esse fundo é parecido com os outros fundos que o regime e o Governo criaram para alcançar o que eles chamam de "paz social", isto é, a situação ideal para os empresários, em que o trabalhador é explorado e tem de ficar calado.

Quais foram esses outros "fundos"? O FGTS, o PIS/PASEP, a Previdência Social, etc. etc. Toda vez que o Governo precisa de mais dinheiro, ele cria um "fundo" que funciona sempre da mesma forma: o trabalhador realmente contribui, porque a contribuição é descontada no seu salário. O empresário finge contribuir. Mas, na verdade, sonega, repassa o desconto para o preço das mercadorias, usa a contribuição como desculpa para não aumentar os salários, ou fica devendo e não paga nunca mais. E o Governo sempre encontra uma desculpa para não cobrar das grandes empresas, que são os maiores devedores de todo e qualquer "fundo".

Neste ano de 1982, que é ao mesmo tempo um ano eleitoral e um ano de recessão econômica, o Governo está preci-

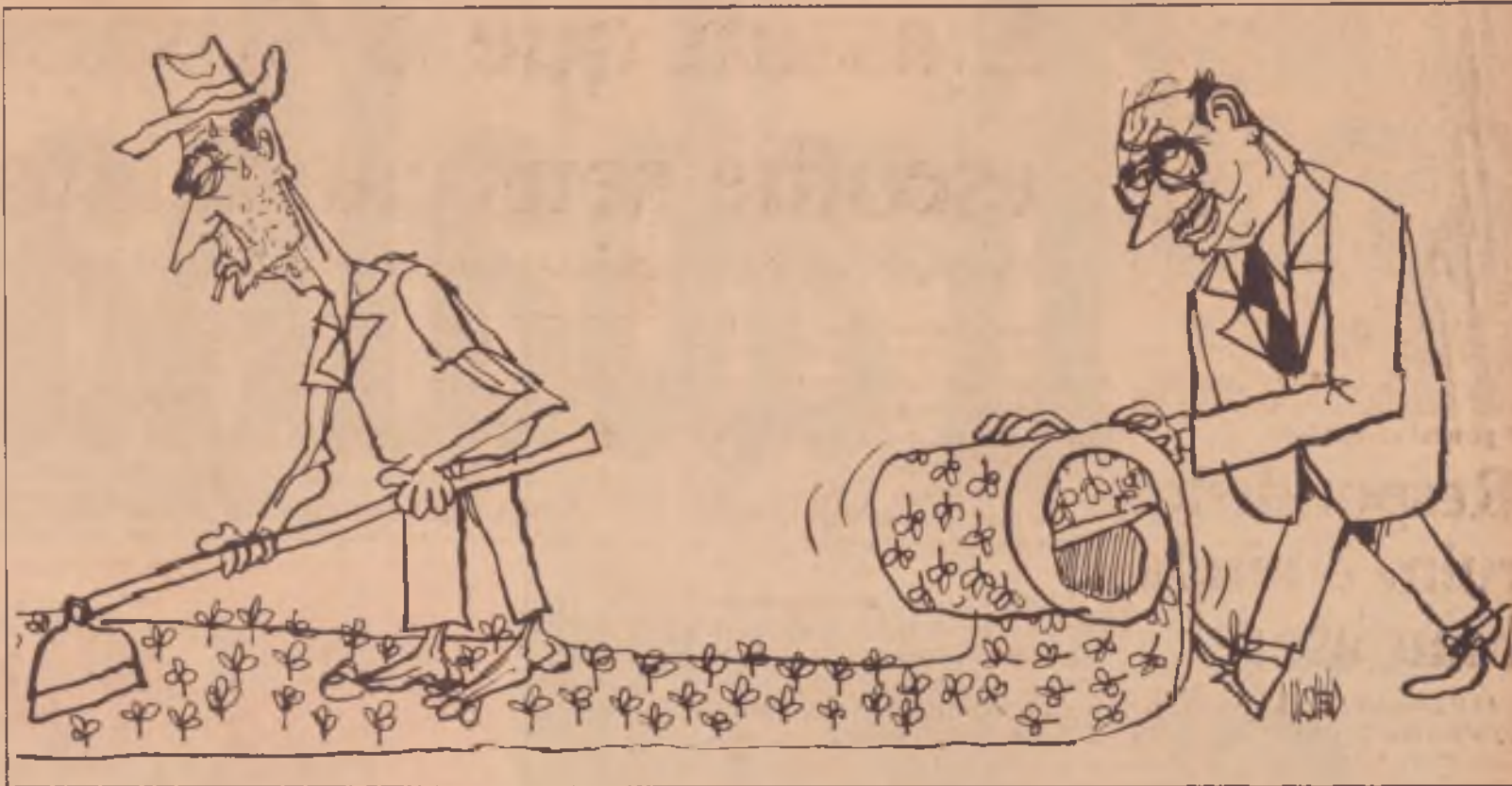
sando desesperadamente de dinheiro, e de muito dinheiro. Estão aí, para todos verem, a falência da Previdência Social, a falta de recurso do BNH e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. E também estão aí, para todos verem, os gastos de propaganda e publicidade que o Governo está fazendo, com programas intermináveis na televisão, anúncios nos jornais das grandes empresas jornalísticas, convenções partidárias que são verdadeiros "shows", viagens, banquetes, medalhas, rosas e o diabo-a-quatro. É por isso tudo que inventaram mais um "fundo".

Os trabalhadores devem lutar para conquistar a liberdade e a autonomia de seus sindicatos e de suas organizações profissionais e políticas, e exigir a participação efetiva no controle dos dinheiros públicos.

Aos trabalhadores, cabe entender que todos esses fundos só têm sentido de existência na medida em que a classe trabalhadora tenha a direção e o controle dessas instituições. E esse Finsocial que o Governo agora acaba de criar deixa de ser sério na medida em que vai para o BNDE, para cobrir um buraco de 430 bilhões, e vai ser administrado pelo Delfim, de quem a classe trabalhadora nunca recebeu nada de bom.

O Governo precisa entender que a melhor forma de distribuir renda não é criar esses fundos, mas criar as condições para que se possa pagar melhores salários para os trabalhadores. Com um salário decente, o trabalhador não precisa dessas migalhas eleitoreiras que o Governo inventa.

E, finalmente, cabe a todos os trabalhadores um alerta: esse Finsocial tem um claro objetivo: amenizar o impacto negativo do Pacote da Previdência Social. Por isso, é preciso lutar para que o trabalhador administre o fundo criado em seu nome.



Internacional

Temos corrida armamentista?

A guerra das Malvinas deixou os generais brasileiros preocupados

Luiz Egypto

A guerra nas Malvinas, apesar do não envolvimento direto do Brasil, vem sendo acompanhada com muita atenção pelos militares brasileiros. Além de passar um completo atestado de inoperância aos organismos internacionais do tipo ONU e OEA, o conflito do Atlântico Sul colocou em xeque alguns conceitos castrenses de "segurança nacional".

Desde os tempos da guerra fria, o pensamento militar brasileiro — e latino-americano, de um modo geral — vem considerando dois tipos de inimigo no que se refere às questões de defesa. Um, o inimigo externo (leia-se o movimento comunista internacional) contra o qual os Estados Unidos ofereceriam todo apoio militar e logístico; e o outro, o inimigo interno, (leia-se todas as oposições, também sob inspiração do movimento comunista) que, agindo dentro das fronteiras nacionais, haveria de ser combatido pelos Estados policiais que então se articulavam. Tudo por conta da "paz" no hemisfério.

... e armas

A guerra anglo-argentina veio para desestabilizar essas idéias inspiradas nos preceitos do War College americano, a Escola Superior de Guerra deles lá. O fato de uma potência ocidental e capitalista entrar em choque com um país do mesmo bloco, não havia ainda passado pela cabeça nem dos especuladores de Estado-Maior. Descobriu-se que o tal "inimigo externo" podia muito bem estar entre os aliados de ontem.

Aconteceu então um meio pânico, uma quase corrida às armas. Para os militares brasileiros, o poder de fogo demonstrado pela Argentina (especialmente pela sua Força Aérea) constituiu-se numa desagradável surpresa. Descobriu-se que estamos mal e porcamemente armados, incapazes de encerrar um conflito como o que se desenvolve no sul do Atlântico.

E então começam a pipocar as declarações de chefes militares clamando por um "urgente" reequipamento das forças armadas brasileiras. O ministro da Marinha, almirante Maximiliano da Fonseca, reivindica a aplicação de 10 bilhões de dólares em material bélico para sua arma. O vice-presidente Aureliano Chaves afirma



Para a repressão, há carros blindados. Mas, e para a guerra?

que "um país como o Brasil não pode ter forças armadas débeis". O general Antônio Ferreira Marques, chefe do Estado-Maior do Exército, pensa que "hoje, existe consenso no sentido de estarmos melhor aparelhados para qualquer eventualidade que surja na América do Sul". E quase todos os dias os jornais publicam declarações desse tipo.

Indústria nacional

O Brasil, diferentemente dos outros países da América Latina, tem uma particularidade singular quanto à política de armamentos. Desde a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em 1977, quando o general Geisel considerou uma "ingerência intolerável" nos assuntos internos brasileiros o fato de o então presidente Carter condicionar a ajuda militar americana à observância dos direitos humanos no Brasil, o Governo vem

investindo maciçamente na pesquisa e na tecnologia bélica nacionais. Foi exatamente dessa época para cá que se consolidaram empresas como a Embraer, a Engesa, a Eletrometal etc.

E, assumindo inteiramente o modelo econômico exportador, hoje somos o sétimo maior vendedor de armas do mundo. E ainda, agora mais do que nunca, para fugir da dependência de fornecedores estrangeiros os militares querem aproveitar o "know-how" adquirido pela indústria nacional e fabricar aqui mesmo a maior parte dos itens de seus programas de reaparelhamento bélico.

Sem volta

O diretor do Departamento de Mobilização Industrial da FIESP, Nelson Abud João, informou em fins de maio que a indústria brasileira já pode fornecer equipamentos para a renovação da Marinha de Guerra, que permitem um índice de nacionalização de 60%, podendo, no prazo de seis meses, aumentar esse índice para 80%. Já o empresário Einar Kok, presidente do Sindicato Nacional de Fabricantes de Máquinas e Equipamentos, acredita que "muita coisa pode ser feita, mas é necessário estabelecer uma escala de produção industrial para não haver prejuízos".

Ou seja, não adianta fabricar um canhão, é preciso que se faça uma série deles. Não adianta reestruturar todo um setor industrial para a construção de radares, por exemplo, durante apenas seis meses: é preciso que se produza sempre, isto é, não se trata apenas da produção, é preciso que se assegure a constante reprodução, senão o empresário não topa.

Tudo indica que, se o Brasil entrar realmente nessa corrida armamentista, ela corre o risco de não ter volta.

JORNAL DOS Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT
Nacional, Quinzenário Reg. 055615/82 Redação e
Administração: Rua Andréa Paulinetti, 558 CEP
04707 São Paulo - SP - Brasil

Editor Responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5.436
mat. sind. 1085) Administração: Francisco Rodrigues
Martins Departamento Jurídico: Luiz Eduardo
Greenhalgh Produção Gráfica: Elías Andreão, Cid
Marcondes de Oliveira Fotografia: Samuel Javelberg,
Bic Zentia

Composição e Folio: Editora Leira Ltda. Rua Artur
de Azevedo, 1977 tel. 212.6061 Impressão: Cia
Editora Jorúes, rua Gastão da Cunha, 49, tel.
631.8900 SP

ATENÇÃO

Mudança de Endereço

O Jornal dos Trabalhadores tem, a partir de agora, novo endereço:

Rua Andréa Paulinetti, 558,
Brooklyn Novo, Cep 04707,
São Paulo, SP, Brasil

Brevemente será divulgado, também, o número do telefone correspondente ao novo endereço. Enquanto isso, e apenas para casos de extrema urgência, pode ser usado, para recados, o telefone (011) 37-3595.

Aos Leitores

A Questão das Malvinas

Alguns membros do Partido dos Trabalhadores têm endereçado a este jornal artigos sobre a questão das Malvinas, com opiniões diferentes das que foram expostas em pronunciamento da Secretaria de Relações Internacionais, publicado na edição nº 4, da segunda quinzena de maio.

Dada a impossibilidade técnica de publicar todos os artigos, encaminhamos-os ao coordenador daquela Secretaria, Luiz Eduardo Greenhalgh, a quem também podem ser endereçadas outras opiniões sobre o mesmo assunto.

Pergunta e Resposta

O objetivo desta seção é responder às perguntas e dúvidas do leitor sobre os mais diversos assuntos que afetam diariamente a sua vida. Para fazer a consulta, o leitor deve escrever para o seguinte endereço: *Jornal dos Trabalhadores*, Seção "Pergunta e Resposta", Rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707, São Paulo, SP.

A mulher que amamenta pode tomar pílulas anticoncepcionais? Ou isso prejudica a criança?

Prejudica. As pílulas anticoncepcionais são compostas de hormônios femininos, em altas doses, que passam para o leite materno e podem ter efeito nocivo sobre o organismo da criança.

O que é o Mal de Simioto (ou doença de macaco)?

O Mal de Simioto (ou doença de macaco) é o nome que se dá a formas de desnutrição muito graves que ocorrem em crianças abaixo de dois anos. Geralmente são causadas por subalimentação associada a infecções intestinais e fazem a criança ficar com aspecto semelhante ao de um macaquinho (daí o nome Simioto — de simio).

O povo diz que o Mal de Simioto não pode ser curado com remédios, mas sim com "simpatias", passes etc.

Na verdade, a cura para a "doença de macaco" depende mesmo de uma alimentação adequada, que restabeleça o estado nutricional da criança. Os remédios, realmente, têm pouco efeito sobre a doença.

O Lula vai poder registrar seu apelido para concorrer às eleições?

Não. Até pouco tempo atrás a legislação permitia o registro do apelido junto com o nome. No dia 20 de maio, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixou uma resolução que proibiu o uso de apelido. Assim, o candidato que tiver um apelido muito conhecido, se quiser, poderá pedir uma retificação no seu registro de nascimento para incluir o apelido no nome. Foi o que Lula fez. Hoje ele já tem outro nome: Luiz Inácio Lula da Silva.

Para concorrer às eleições, o brasileiro naturalizado pode ser candidato a qualquer cargo?

Não. A Constituição estabelece que são privativos de brasileiro nato (nascido no Brasil) os cargos de presidente e vice-presidente da República, senador, deputado federal, governador e vice-governador de Estado, de Território e do Distrito Federal. Sendo assim, os brasileiros naturalizados poderão ser candidatos aos cargos de deputado estadual, prefeito e vice-prefeito, e para o cargo de vereador.

Para a realização de comício em praça pública é necessário requerer alvará à polícia?

Não. A realização de qualquer ato de propaganda eleitoral não depende da licença da polícia. No começo de cada ano, o delegado de polícia fixa as praças destinadas a comício. Quem estiver organizando o comício, deve, pelo menos 24 horas antes de sua realização, comunicar à autoridade policial o local pretendido, para garantir o direito contra qualquer outro que, no mesmo dia, hora e lugar, pretenda celebrar outro comício.

Como registrar a chapa de candidatos que concorrerá às Convenções Regionais ou Municipais destinadas à escolha de candidatos?

A chapa será entregue ao presidente da mesa ao abrir a Convenção. Deve conter a declaração de todos os candidatos que concordem que seu nome esteja incluído na chapa. É necessário que seja subscrita ou pela Comissão Executiva ou por 10% dos convençionais e deve também conter o nome de um subscritor indicado para ser o fiscal da chapa na apuração dos votos.

Os nomes dos candidatos natos do Partido (os que já ocupam cargos) devem ser colocados na chapa para serem aprovados pelos convençionais?

Só é considerado candidato nato aquele que estiver concorrendo ao mesmo cargo que ocupa atualmente. Esse não precisa ser incluído na chapa. Agora, se for concorrer a outro cargo, deverá ser apresentado para aprovação dos convençionais.

Qual o último dia previsto para a realização das Convenções Regionais e Municipais que escolherão os candidatos?

O último dia é 7 de agosto.

Cartas

As duas cartas que seguem abaixo foram recebidas por esta Redação após o fechamento da edição do nº 5. Embora com atraso, são publicadas nesta edição:

"A matéria "1º de Maio no País", publicada neste jornal na edição da 2ª quinzena de maio de 82, publica notícia inverídica a respeito do Sindicato dos Metroviários, que procuraremos esclarecer. Primeiramente, companheiros, não somos mais "Associação dos Metroviários", mas sim desde 24/08 '81, Sindicato dos Metroviários. Por outro lado, não participamos das festividades do 1º de Maio em São Bernardo do Campo, mas sim do realizado na praça da Sé. No ato da praça da Sé, participamos não só de sua organização como membros efetivos da CSU, como também convocamos nossa categoria para lá comparecer. Mantemos um bom relacionamento com os sindicalistas ligados ao PT, considerando inclusive que estes companheiros fazem parte do pólo combativo do movimento sindical brasileiro, porém, a posição adotada por sindicatos de São Paulo em ir ao ato de São Bernardo do Campo foi equivocada. Consideramos, também, que esta atitude é contraditória com a posição de quem defende a unidade sindical em seus discursos e documentos. Esperamos que este jornal publique estes esclarecimentos. Saudações metroviárias. Paulo Otávio de Azevedo Junior, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários de São Paulo".

"Fomos colhidos de surpresa pela matéria "1º de Maio no País", publicada na edição da 2ª quinzena de maio de 82 do Jornal dos Trabalhadores. O Sindicato dos Metroviários (e não Associação dos Metroviários) participou da organização do 1º de maio na Praça da Sé como integrante da Comissão Sindical Única de São Paulo. E não apenas isso. Participou daquela manifestação, convocando a categoria, levando-a à Praça da Sé, contrariamente ao que informa a matéria, segundo a qual teríamos "retirado nosso apoio ao ato marcado pela (finada) Unidade Sindical". Feitos os esclarecimentos gostaríamos, como militantes do PT, membros de um de seus núcleos mais antigos e dirigentes do Sindicato dos Metroviários, de manifestar nossa discordância com aqueles sindicatos que, ao invés de lutar com os demais sindicatos combativos para que a aproximação de Federações e Confederações não representasse a descaracterização do ato de 1º de maio na Sé, preferiram o fácil caminho da participação no ato de São Bernardo, onde o PT era hegemônico. Não é esse o comportamento que se espera de quem defende a unidade sindical em seus discursos e documentos. Na prática, esses sindicatos e sindicalistas do PT constroem o pluralismo sindical. Na esperança de que esse jornal tenha mais cuidado no tratamento de matérias que envolvem as entidades sindicais e divulgue o conteúdo desta em sua próxima edição. PT Saudações, José Vitor Soalheiro Couto, pelo Núcleo dos Metroviários do PT."



O general canastrão

Respondedor ruim e ainda mau ator

O Planalto e a TV Globo negam enfaticamente qualquer caráter eleitoral. Mas o certo é que as aparições dominicais do presidente da República na TV Globo, logo após os gols do "Fantástico", representam uma interferência direta e ilegal do mais alto mandatário da Nação no jogo político, numa desesperada tentativa de resgatar a desgastada imagem do Governo e do seu partido, o PDS, na opinião pública.

Mas nem tudo está dando muito certo e a sensação que permanece é que o astro João Baptista de Figueiredo ainda não se encaixou nos padrões "globais" de qualidade, apesar dos esforços da Globo. A emissora de TV deslocou até o seu diretor, o todo-poderoso José Bonifácio de Oliveira, o Boni, para comandar, pessoalmente, as gravações do que deveria ser o grande espetáculo. Mas não adiantou muito.

Tenso, sem perder o seu ar ditatorial, o presidente mais parece um colegial que decorou a lição, mas que perderá o fio da meada a qualquer interferência, deixando o apresentador do programa, Nei Gonçalves Dias, tão tenso quanto o astro.

Lamentável e de baixa qualidade em todos os sentidos, principalmente quando se sabe que os partidos de oposição não têm qualquer perspectiva de acesso a esse veículo.

Conselho ao telespectador: desligue o seu aparelho nesse horário ou mude de canal, a não ser que 18 anos de arbítrio e demagogia ainda não sejam suficientes. É um aviso: as tentativas do PDS, sob a batuta do presidente, vão continuar.

(D.S.)

As cédulas coloridas para as eleições

A cédula única colorida não deverá ter impressa nenhuma sigla partidária, se for aprovada a proposta do relator da matéria na Comissão de Justiça da Câmara, deputado Bonifácio de Andrada, vice-líder do governo. O parlamentar mineiro aceita o projeto de cédula única colorida do senador Itamar Franco (PMDB-MG), com modificações — cores neutras e supressão das siglas. O assunto continua pendente de decisão na Comissão de Justiça.

As cores vivas sugeridas pelo senador Itamar Franco não foram aprovadas pelo relator — amarelo, verde, azul, vermelho e roxo. Bonifácio de Andrada preferiu cores neutras — cinza, bege, lilás, rosa e laranja. A não-impressão das siglas dos atuais partidos PDS, PMDB, PDT, PT e PTB foi justificada pelo relator como "questão de coerência".

Afirmou Bonifácio de Andrada que a lei não permite ao eleitor votar apenas na sigla partidária, mas também no nome do candidato. Por isso, discorda do projeto Itamar Franco, com a impressão das siglas, que poderia induzir o eleitor. "Temos de valorizar o candidato, já que a lei não permite o voto só na legenda", frisou.

Os parlamentares do PMDB, entre os quais o autor da proposição, já aprovada no Senado, Itamar Franco, e os deputados Pimenta da Veiga (MG), João Gilberto (RS), Marcos Cunha (PE), entre outros, afirmaram que a sugestão do vice-líder do PDS tem o objetivo claro de impedir que o eleitor, lendo a sigla do partido do Governo, vote em outra.

"Há a grande ameaça da anulação do pleito para previsão de quantidade excessiva de votos nulos. Agora, sem a sigla impressa na cédula, por sugestão de um líder do PDS, só podemos concluir que o Governo e o seu partido não querem, na verdade, que se realizem eleições a 15 de novembro", comentou Marcos Cunha.

É assim que o Governo escolhe seus candidatos

Convenção do PDS paulista é amostra da "democracia" deles

No dia 6, realizou-se a convenção que referendou Reynaldo de Barros como candidato oficial do PDS ao Governo do Estado de São Paulo, nas eleições de 15 de novembro. A convenção iria durar até a manhã do dia seguinte e os relógios da Assembleia Legislativa de São Paulo marcavam 19h20.

E teve de tudo: muita mutretagem, liminar daqui, mandado de segurança dali, promessa e perda de empregos públicos, e uma fragorosa derrota do dissidente pedessista Laudo Natel, esmagado em suas pretensões por 557 votos a 131. Com esse resultado — menos de 20% dos votos possíveis — os componentes da chapa do ex-governador não poderão, sequer, disputar quaisquer dos cargos eletivos que estarão em jogo em novembro.

História antiga

A convenção do PDS paulista veio atestar de uma vez por todas o poderoso esquema articulado pelo ex-governador Paulo Maluf que, a bem dizer, foi o verdadeiro vencedor da parada. Reynaldo, Guilherme Afif (candidato a vice-governador), José Maria Marin (atual governador), Armando Pinheiro (presidente regional do PDS), Calim Eid (chefe da Casa Civil), Salim Curiati (prefeito de São Paulo) e uma série de outros personagens, mais ou menos votados, não passam de figurantes envolvidos num projeto maior: o desejo de Maluf chegar à Presidência da República em 1984.

Esta intenção começou a se manifestar, ainda que de forma discreta, há quatro anos atrás, quando também numa convenção muito tumultuada, Paulo Maluf derrotou o mesmo Laudo Natel na indicação para o Governo de São Paulo, contrariando os planos do Palácio do Planalto. Dali para frente, veio acontecendo um festival de gover-



nos itinerantes, ambulâncias e créditos do Banco do Estado de São Paulo para prefeituras de todos os cantos do País e, principalmente, um sólido esquema parlamentar com vistas ao colégio eleitoral de 1984, caso as eleições presidenciais sejam ainda por via indireta. Acordos escusos e tráfico de influência fazem bem o estilo do ex-governador.

Onde vamos?

E no dia da convenção do PDS ele também estava lá. Maluf e seu séquito, candidato a deputado federal, acompanhando tudo de perto, cochichando ao pé do ouvido com os membros da mesa diretora dos trabalhos, cuidando para que tudo saísse exatamente

dentro do previsto. Enquanto isso, corriam soltas pelo plenário da Assembleia as histórias de suborno de delegados e de devolução de verbas, especialmente entre o grupo laudista.

O ex-prefeito Reynaldo de Barros circulava sempre acompanhado de um bando de assessores, parecendo antegozar o resultado favorável à sua candidatura e que só viria a ser divulgado oficialmente às 5h30 da manhã seguinte.

"Vamos que vamos, prefeiteiro", dizia um bajulador no princípio da noite.

"Vamos!", responde Reynaldo. Faz uma pausa, virando-se para o puxa-saco! "Vamos aonde? Vamos a lugar nenhum, rapaz!" Bastante sintomático...

Instruções do TSE

Como registrar os candidatos

As normas que os Partidos devem seguir

os trabalhos serão acompanhados por um observador designado pelo presidente do TRE. Este observador terá assento à Mesa Diretora, mas não poderá tomar parte nas discussões ou formular pronunciamiento sobre qualquer matéria.

A Convenção poderá começar com qualquer número de convencionais, mas decisões só poderão ser tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, pela maioria de votos dos presentes. A escolha dos candidatos será por voto direto e secreto, não sendo permitido o voto por procuração. Pode ter o voto cumulativo, dado por um mesmo convencional credenciado por mais de um título.

A Convenção deverá ser registrada em ata, em livro aberto e rubricado pelo presidente do Tribunal Eleitoral. A lista de presença dos convencionais constará do livro, antecedendo à ata, e será encerrada com a assinatura do observador da Justiça Eleitoral. O livro ficará com o presidente da Convenção pelo prazo de três dias, para que promova o arquivamento de uma cópia na Secretaria do TRE.

Candidatos e chapas

Só poderão ser candidatos os filiados ao partido até 15 de novembro de 1981, ressalvando alguns casos como os que eram filiados em outro partido antes desse prazo e, devido à fusão PP/PMDB, mudaram de partido. Há também casos de pessoas que exercem funções incompatíveis com atividades partidárias, que devem requerer a filiação dentro de 8 dias a partir da data da desincompatibilização.

Os candidatos deverão ser indicados por no mínimo 10% dos convencionais ou pela Comissão Executiva, sendo que nenhum convencional poderá subscrever ou candidatar-se por mais de uma chapa. Em caso de aparecer o seu nome subscreito em mais de uma chapa, ele deverá optar na própria Convenção.

Desobediência

O motorista do deputado Hatiro Shimomoto (PDS) encontra-se há alguns dias em estado de coma, devido a um acidente em serviço. O fato mobilizou os motoristas da Assembleia que, reunidos em grande número, debatiam uma pauta de reivindicações. A conversa foi bruscamente interrompida pelo presidente da Assembleia, Januário Mantelli Neto. Acompanhado de quatro agentes de segurança, ele invadiu o recinto aos gritos, ordenando que a reunião se dissolvesse. Mas, ao deparar, com os deputados Geraldo Siqueira, Marcos Aurélio Ribeiro e Irma Passoni, do PT, e com Antonio Resk, do PMDB, presentes à reunião a convite dos motoristas, Mantelli percebeu que não poderia exercer seu autoritarismo impunemente. Engoliu seco e foi embora, enquanto a reunião prosseguia.

Ricos e pobres

Segundo o Banco Mundial, o Brasil é o único país em que a participação de 10% das famílias mais ricas é maior do que 50% da renda nacional. E, o que é mais comprometedor: essa concentração cresceu de 39,6% em 1960 para 46,7% em 1970 e para 50,9% em 1980. De posse desses dados o deputado Eduardo Matarazzo Supply (PT SP) resolveu escrever ao general João Batista Figueiredo, através do programa "O povo e o Presidente", da Rede Globo. Na sua carta ele pergunta se esse vergonhoso recorde brasileiro não significa o fracasso da política de desconcentração de renda que o governo diz sustentar.

Maiúsculas

O pacote de emendas constitucionais, atualmente no Congresso, em um de seus itens, propõe uma modificação gráfica do artigo 32 da Constituição. Onde atualmente se lê: "forças armadas" (em minúsculas) e "Câmara" (em maiúscula) deverá ser modificado para "Forças Armadas" (em maiúsculas) e "câmara" (em minúscula).

Como conseguiu

O deputado Walter Auada, do PDS paulista, secretariava a mesa que recebia os votos dos convencionais pedestres, no domingo, 6 de junho. Quando, na Assembleia, aparecia um conhecido seu na fila dos votantes ou sob a tribuna, Auada brincava:

"Ô fulano, como vai? Escuta, não tinha polícia aí na porta não?"

"Como é então que você conseguiu entrar?"

Nada mais

O general Pinochet, ditador do Chile, está preocupado com o que será de seu país quando os militares deixarem o poder. Ele perguntou: "o que será deste país depois que passar este Governo?" Não se preocupe. Quando terminar o seu Governo o Chile não existirá mais.

A diferença

O Partido dos Trabalhadores aprovou, durante o encontro estadual que reuniu quase mil delegados, na semana passada, a plataforma de Governo para o Estado de São Paulo.

Entre as definições da plataforma, o PT fala em criar "conselhos populares" destinados a orientar as decisões administrativas dos vários escalões do Governo.

Esses conselhos, construídos a partir das organizações populares, representam, na opinião do deputado Marcos Aurélio Ribeiro, líder da bancada do PT na Assembleia, a grande diferença entre o Governo que o Partido dos Trabalhadores quer para São Paulo, e toda a tradição de Governo, distante do povo, que existe no País.

Sem voto

Uma pesquisa de opinião levada numa companhia para-estatal baiana, com mais de 100 funcionários de nível médio e superior, revelou que 48% deles votarão do PMDB e 35% no PT. Os 17% restantes dividiram-se entre os demais partidos, à exceção do PDS que não obteve um voto sequer.

Governador não recebe a Comissão de Bairros

Mas permite aumento de passagens

Luiz Felipe do Carmo

BELEM A população trabalhadora paraense vive constantemente sobressaltada com os constantes aumentos de preço nos transportes coletivos. A condição de tráfego dos ônibus que servem aos bairros periféricos da cidade é um verdadeiro acinte ao usuário. Os coletivos circulam completamente sujos e empoeirados. As condições mecânicas são as piores possíveis com veículos, não raramente, andando com descargas furadas ou abertas, jogando fuligem negra em cima dos transeuntes.

Os bairros como Marambaia Bengui, Tavares Bastos, Souza, Satélite e outros, distantes do centro da cidade, são servidos por um número reduzido de ônibus. Esta redução obriga os trabalhadores que pegam o serviço cedo a acordar muito antes do necessário para poderem conseguir um lugar nessas conduções. Os ônibus são velhos e inseguros, em estado lastimável, com estofos rasgados, vidros quebrados, varões enferrujados, corredores sujos e enormes goteiras nos tetos. Um verdadeiro desrespeito.

Uma greve

No final de abril, mais precisamente no dia 25, a categoria dos motoristas decidiu ir à greve por um aumento salarial de 70% (produtividade incluída). Foram alguns dias de extrema tensão, em que uma categoria combativa mas sem muita organização e experiência, usou o último recurso que a classe trabalhadora tem quando entende que está remunerada abaixo das condições de sobrevivência: a greve. Os patrões recusaram medidas de caráter puramente humano como: terminais higienizados, relógio de ponto e seis horas diárias de trabalho.

Quanto ao delegado sindical, não admitiam nem começo de conversa. Durante o desenrolar da greve, várias empresas cederam seus ônibus para que policiais militares tivessem mais facilidade para bater e reprimir os trabalhadores. Para os trabalhadores que participaram da parada, ficou clara a aliança entre o Estado

e os empresários. Mais claro ainda ficou quando foi anunciado dias depois o aumento das passagens para Cr\$ 32,00. E os patrões tentam passar para a população que os motoristas são os culpados dos aumentos, isso quando esquecem de culpar a gasolina ou a inflação que os enriquece.

Passagens

O preço das passagens de ônibus aumentou de Cr\$ 9,00 para Cr\$ 36,00 de 1981 até hoje, isto é, em pouco mais de um ano aumentou 400%. De janeiro até agora aumentou 85%; em janeiro o preço era Cr\$ 25,00 mas em fevereiro já era Cr\$ 27,00. No dia 8 de maio aumentou para Cr\$ 32,00 e em 27 de maio alcançou o absurdo de Cr\$ 36,00. O mais interessante, segundo alguns jornais locais, é que os empresários ficaram insatisfeitos com o aumento. Sabe-se que muitos deles são proprietários de hotéis e grandes áreas de terra no interior do estado.

O governador

No dia 26 de maio a Comissão de Bairros de Belém esteve tentando entrar em contato com o governador do Estado, sr. Alacid da Silva Nunes. Lá chegando, a Comissão teve que esperar até 13h30. Como de costume, o governador queria receber apenas três integrantes da Comissão, o que foi imediatamente rechaçado pelo conjunto dos representantes.

Afinal, o governador concordou em receber toda a comissão. Depois de vários argumentos das pessoas que representavam inúmeros bairros, o sr. Alacid disse "que nada poderia fazer" pois já tinha tomado a decisão. Não se importou nem um pouco com o clamor dos moradores. Em seguida a Comissão afirmou que não se responsabilizaria pelo o que viesse a acontecer e o governador respondeu que seu dever era "manter a ordem" caso houvesse qualquer agitação. O sr. Alacid, chefe de um governo antipopular, antidemocrático, concedeu apenas dez minutos à Comissão, enquanto membros do grupo eram ameaçados pelo capitão Magela, chefe da Casa Militar do governador.

Radio Peão

Petroleiros

Turno de seis horas, garantia no emprego, reajuste trimestral ou quando a inflação atingir 15%, não contratação de empresa locadora de mão-de-obra para serviços permanentes, readmissão do dirigente sindical Sidney Cavalcanti — essas são algumas de uma lista de 17 reivindicações que 50 sindicalistas trabalhadores em petróleo e petroquímica debateram em Belém, Pará, no 18º Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Petróleo e Petroquímica, encerrado dia 11.

Do Encontro que, principalmente, objetiva estudar a unificação da Campanha Salarial da Categoria, que será em setembro, participam os 14 sindicatos do petróleo e os dois sindicatos petroquímicos. Representaram o Estado de São Paulo a Aspetro, de São José dos Campos, e os Sindipetros de Campinas e Paulínia, o de Mauá e o de Cubatão, Santos e São Sebastião.

No Interior

Desde maio está circulando em Penápolis (SP) o jornal "Interior", que poderia ser comparado, com vantagens, a diários de várias capitais. "Interior" é diário, custa Cr\$ 30,00, tem oito páginas e mostra que a imprensa interiorana não tem que ficar naquele negócio de crônicas falando que Fulaninha de Tal colheu "mais uma rosa no jardim de sua existência". E também que não precisa ser subserviente ao Governo, pois tem matérias sobre todos os partidos, incluindo, em sua edição de 29/5, um de meia página intitulado "O PT e a chamada realidade brasileira", de autoria do escritor amazonense Márcio Souza. O endereço de "Interior" é: Rua Dr. Mário Sabino, 72 - Penápolis - SP - CEP: 16300.

Químicos

Os trabalhadores nas indústrias de produtos químicos têm desde o dia 2 de junho novo piso salarial de Cr\$ 18.600, conquistado juntamente com 5 por cento de produtividade, em acordo feito entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e o sindicato patronal.

A confirmação do acordo será daqui a duas semanas no TRF, e Raimundo Falcão, líder da classe, garantiu que além do aumento, a categoria conquistou também alguns direitos reivindicados há mais tempo.

As vantagens conseguidas foram pagamento do adicional de 50 por cento nas horas extras em sábados, domingos e feriados, ampliação da estabilidade da gestante para 90 dias e desconto de Cr\$ 400 da folha de pagamento em favor da assistência social do Sindicato. A outra proposta do Sindicato, beneficia os trabalhadores-estudantes, que em dia de prova terão meio-dia de abono de falta.

Farmacêuticos

O acordo salarial celebrado entre os sindicatos profissional e econômico, favorecendo os trabalhadores na indústria de produtos farmacêuticos do Rio e Duque de Caxias, com várias vantagens além do aumento em conformidade com o INPC de março último, foi homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho, cujo acórdão foi publicado na última terça-feira. A entidade representativa dos operários já está encaminhando circulares aos locais de trabalho, anunciando os novos direitos, entre os quais os seguintes:

1 — Produtividade em escala e nos seguintes percentuais: para quem percebe salário até três mínimos regionais, 5%; acima de três a dez, 4%; mais de dez a quinze, 2%; além de quinze a vinte mínimos 1%; o aumento não incidirá sobre ganhos superiores a 20 salários mínimos; 2 — Salário normativo de Cr\$ 18 mil, ficando acertado que sempre que houver instituição do salário-mínimo na região, o piso passará ao seguinte valor: na primeira modificação do salário-mínimo será acrescido de Cr\$ 1.200; na segunda, será acrescido de Cr\$ 1.200 corrigido de acordo com o INPC decretado para o mês em que ocorrer a alteração do mínimo; 3 — Fica garantido o emprego por noventa dias; 4 — Estabilidade para a empregada gestante até 90 dias após o término da licença pré-natal; 5 — Vigência a partir de 1º de março.

O Decreto-Lei da Previdência Social

Lutar para derrubar o pacote!

Dirigentes sindicais e trabalhadores deram uma clara demonstração ao Governo de que não querem essa lei, dia 2, na rampa do Congresso

Brasília — Poucas vezes a rampa do Congresso Nacional, em Brasília, esteve tão movimentada. Cerca de duas mil pessoas, vindas de todo o País, fizeram no dia 2 de junho um ato contra o Decreto-lei número 1910, mais conhecido como "Pacote da Previdência", que aumentou os descontos pagos pelos segurados.

Os aposentados, as principais vítimas do pacote, compareceram em grande número, muitos representando suas associações.

A Comissão Nacional Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) relacionou 373 entidades sindicais, sendo que metade das quais da área rural. Trinta federações e quatro confederações também estavam presentes. Foi uma clara demonstração de que o povo não engoliu o pacote.

PDS de fora

O PDS, obviamente, não compareceu ao ato. Também o PTB se esqueceu de mandar representante. Além dos sindicalistas, falaram representantes do PT, do PMDB e do PDT.

Muitos dirigentes do PT — inclusive Lula, Jacó e Olívio — estavam presentes. Mas foi o líder da bancada, Aírton Soares, quem falou pelo PT.

Uma figura inesperada: o arqui-pelegrino Ari Campista, em carne e osso, compareceu ao ato, e também fez críticas ao pacote.

Todos contra

Durante quase três horas, sob o sol do meio-dia, os oradores denunciaram o caráter antipopular do decreto-lei baixado em dezembro do ano passado pelo presidente Figueiredo.

Quase todos lembraram que a classe trabalhadora não é responsável pela crise da Previdência. Não foram os trabalhadores — e sim a política irresponsável e corrupta do regime — os que provocaram o famoso rombo da Previdência. O líder do PT, Aírton Soares, cobrou a apuração das irregularidades cometidas durante a gestão do ministro Jair Soares.

Olívio Dutra, falando em nome da Comissão Nacional Pró-CUT, destacou a necessidade de o trabalhador se organizar nas suas entidades e lutar por seus direitos.

O deputado Ulysses Guimarães, pelo PMDB, prometeu que o seu partido comparecerá em peso no dia da votação do decreto-lei, marcada para 15 de junho. J.G. de Araújo Jorge, do PDT, também protestou contra o pacote, salientando as más condições de vida do trabalhador brasileiro. Ele observou que o salário mínimo pago no Brasil é menor do que o pago ao trabalhador paraguaio.

Além de Ari Campista pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em nome das confederações presentes, falaram: José Francisco da Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CON-

TAG), Alceu Portocarrero, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade e Alexandre Gusmão, pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Adelino Cassis, falando em nome da Frente Intersindical de Brasília, organizadora do ato, considerou "imoral" o pacote, observando que o Governo há muito tempo vem utilizando os recursos da Previdência com finalidades político-eleitorais.

Pelos aposentados, falou o presidente do Conselho das Associações de Aposentados de São Paulo, Urias da Cruz, considerando uma verdadeira "safadeza" do Governo sacrificar ainda mais o trabalhador. Urias concluiu pedindo "um pouco de dignidade — aos políticos do PDS, conclamando-os a rejeitarem o decreto-lei".

À tarde, porém, o próprio Urias teve oportunidade de perceber que o PDS não está disposto a contrariar a vontade do Palácio do Planalto. A Comissão Mista encarregada de apreciar o pacote reuniu-se sem a presença dos pedessistas. Nem mesmo o relator, o senador biônico Benedito Canellas (MS) teve a coragem de dar o seu parecer.

Os nomes dos faltosos, no entanto, já são do conhecimento público. Faltaram os senadores Aderbal Jurema (PDS-PE), Moacyr Dalla (PDS-ES), José Lins (PDS-CE), João Lúcio (PDS-AL), Almir Pinto (PDS-PI), além de Benedito Canellas. E os deputados Josias Leite (PDS-PE), Oswaldo Melo (PDS-PA), Ney Ferreira (PDS-BA), Nasser Almeida (PDS-AC), Nilson Gibson (PDS-PE) e Rui Bagelar (PDS-BA). O senador José Fragelli (PMDB-MS) também faltou.

Compromisso da Pró-CUT

O movimento sindical aproveitou a caravana a Brasília contra o Pacote da Previdência para firmar um grande compromisso.

A Comissão Nacional Pró-CUT prometeu denunciar todos os deputados e senadores que não comparecerem ou que votarem a favor do decreto-lei. A lista com os nomes daqueles que contrariarem os interesses dos trabalhadores vai ser reproduzida aos milhares e distribuída em todos os Estados. E o trabalhador, quando votar no dia 15 de novembro, vai saber dar a sua resposta.

A votação está prevista para o próximo dia 15 de junho, nos dias em que a seleção brasileira tem jogo na Espanha. A data parece ter sido escolhida com o propósito de favorecer o esvaziamento da sessão, facilitando assim a aprovação do decreto por decurso de prazo. De qualquer forma, os dirigentes sindicais novamente voltarão a Brasília para pressionar os parlamentares. É preciso o apoio de dois terços da Câmara e do Senado para rejeitar o decreto-lei. Isso significa que nem todos os votos da oposição serão suficientes para derrubar o projeto.



Trabalhadores e sindicalistas protestam contra o Pacote, em Brasília, dia 2 de junho.

As opiniões sobre o Conclat

Sobre a realização do Conclat em agosto, e sobre a possibilidade de construir uma CUT representativa e democrática, manifestaram-se alguns sindicalistas:

Antonio Soares Silva, do Sindicato dos Coureiros de São Paulo: "O Conclat deve ser realizado de qualquer forma, mesmo com essa mínima representatividade. É claro que há necessidade de um trabalho de base, pois se dissermos a um peão, hoje, que vai ter Conclat em agosto, ele vai responder: 'uai, é mesmo?' Se sair uma CUT este ano, com essa pouca participação, será uma central única baseada na CUT, uma CUT celetiana."

João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais: "Sou favorável à participação do pessoal nos Enclats e acho que os companheiros que estão ligados à luta político-partidária devem fortalecer essa luta. O Conclat deveria ser no ano que vem, para que não desaguem nele divergências políticas."

"Temos duas opções: tirar uma CUT agora, que não significaria expressão de coisa alguma, pois não existe liberdade e nem autonomia sindical, ou construir uma CUT através da ação sindical, com a participação de toda a classe trabalhadora. Fico com a segunda opção, pois, caso contrário, será uma enganação."

Nelson de Assis Teles, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista, Goiás:

"A aprovação do Conclat para este ano foi um desespero de um

momento de sufoco. Foi um erro. Se tiver de ser criada, a CUT tem que atender aos interesses dos trabalhadores, o que será muito difícil. O tempo está se esgotando e faltam elementos materiais e financeiros para que se faça a articulação."

Olívio Dutra, membro da Comissão Pró-CUT:

"O importante é fazer as duas coisas. Realizar Enclats democráticos e representativos, para que se realize, em agosto, um Conclat democrático e representativo. Uma CUT democrática e construída pela base não vai ser criada num congresso. O congresso, no máximo, pode homologar uma CUT que já deve existir na realidade. Não temos articulações municipais e regionais vivas e representativas e não vai ser, nesse curto espaço de tempo, que elas irão surgir. A direção da CUT tem que ser eleita num dia nacional de eleição, com chapas e propostas sendo submetidas ao conjunto do povo trabalhador do campo e da cidade."

Raimundo Ananias, do Sindicato dos Securitários de Pernambuco:

"O mais importante são os Enclats. O Conclat ainda é seletivo e nós temos condições de fazer com que os Enclats proporcionem maior participação das categorias em cada região."

"Qualquer CUT que seja tirada agora, no nível em que está o conjunto da classe trabalhadora, será um simples aparelho que poderá servir a grupos políticos ou ao Governo, que irá transformá-la em mais um departamento dentro da estrutura sindical atual."

Antonio Angelo Moschen, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina, Espírito Santo:

"De qualquer maneira, o Conclat vai sair. O mais importante, porém, é fortalecer o trabalho de base, organizando os trabalhadores onde as direções sindicais sejam pelegas. Somente no trabalho de base é que a CUT poderá ser representativa."

"Os trabalhadores é que decidirão se a CUT vai sair ou não. Criada apenas por grupos sindicais, sem discussão nas bases, a CUT não será representativa."

João dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo:

"A realização do Conclat em agosto, dado o espaço de tempo exigido, é uma coisa difícil e problemática, mesmo porque ele tem que ser precedido dos encontros estaduais. É necessário um trabalho muito grande para que se reative sua expressividade, já que tem muita gente preocupada com eleições, Copa do Mundo etc. Acho que a Comissão Nacional Pró-CUT deve ampliar essa discussão no mais curto prazo. E não me parece que as decisões da I Conclat tenham sido suficientemente debatidas pela base."

"Quanto à CUT, acho que ela só poderia ser aprovada num Congresso suficientemente representativo. Se essa representatividade for possível, acho que, em agosto, poderá ser tirada uma nova Comissão Pró-CUT. Mas julgo precipitado formar uma CUT já. Deve-se, primeiro, divulgar essa ideia por todos os cantos do País para que a CUT seja realmente representativa e democrática."

A vida dos trabalhadores e as causas dos suicídios

Paulo José Moraes

O Círculo Santa Verônica é uma entidade ligada à Pastoral da Saúde da Arquidiocese de São Paulo, e que trabalha junto aos grandes hospitais de São Paulo, atendendo a pessoas que tentam o suicídio.

Trata-se de uma equipe, coordenada por Waldemar Augusto Angerami (Camon) e composta por profissionais que, gratuitamente, prestam assistência às pessoas com tendências suicidas. Depois encaminham essas pessoas para entidades como a Cúria Metropolitana, Comunidades de Base, Pastorais Operárias etc.

O coordenador do Santa Verônica, Camon, explica que o motivo dado pelas pessoas que escapam da morte, após a tentativa de suicídio, é ligado a uma situação de desespero causado por isolamento social. Esse isolamento às vezes é provocado pela opressão econômica, às vezes política, ou, ainda, social, como o desemprego.

Os levantamentos feitos pela equipe também indicam que aumenta o índice de tentativas de suicídio nos períodos mais autoritários e menos livres. Os dados são levantados por entrevistas feitas

com pessoas de renda econômica bastante baixa. Em geral, os indivíduos de camadas econômicas mais altas, se tentam o suicídio, não aparecem nos hospitais públicos; costumam ser atendidos por particulares, e as circunstâncias do suicídio são escondidas, para evitar que esse fato possa tornar-se prejudicial à sua vida futura.

Outras informações mostram que, em cada dez pessoas que tentam o suicídio nove são mulheres. Mas são os homens que morrem mais, por suicídio.

Os meses em que mais acontecem essas tentativas são setembro e dezembro.

Enquanto cerca de 30 casos são atendidos por mês, em dezembro esse número sobe para 60, sendo grande parte entre operários e empregadas domésticas.

Casos destacados por Camon: um operário, de 34 anos, casado, com filhos, ingeriu soda cáustica, desesperado por estar seis meses desempregado; outro, bem mais jovem, jogou-se nos trilhos do metrô, também pela situação de desemprego. Teve uma perna amputada.

Agenda dos Trabalhadores

JUNHO			
Começa a Campanha Salarial dos Bancários. Data-base de reajuste 1º setembro		São Paulo	SP
Novo Encontro Nacional da Anampos	11 a 13	Goiânia	GO
Reunião final do Encontro Nacional dos Sindicatos de Engenheiros	12	Niterói	RJ
Possuiros e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizarão "Caminhada para a Justiça"	13	Naviraí	MS
Estréia do Brasil na Copa do Mundo contra a União Soviética	14	Sevilha	Espanha
Mobilização dos trabalhadores contra o Pacote da Previdência convocado pela Comissão Pró-CUT	15	Brasília	DF
Eleições para diretoria, conselho fiscal e delegação junto à Federação do Sindicato dos Condutores e Motoristas da Marinha Mercante	16 a 19	Rio	RJ
Assembléia Geral do Sindicato dos Videiros do Rio de Janeiro. Tema: ENCLAT	18	Rio	RJ
Encontro Nacional das Mulheres do PT, em local a ser determinado	19/20	São Paulo	SP
Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT, em lugar a ser definido	24 e 25		
JULHO			
Eleições da Federação dos Trabalhadores Rurais de Vassouras	17/18	Vassouras	MG
3º Ciclo de Debates sobre CIPAS - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco	21 a 23	Osasco	SP
1º Congresso Estadual dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro	23 a 25	Niterói	RJ
AGOSTO			
1º Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	20, 21 e 23	São Paulo	SP
Eleições da Associação dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos	27	Santos	SP
NOVEMBRO			
Eleições para governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador	15	Em todo o Brasil	

Cada vez mais o custo de vida ameaça todos os trabalhadores

O preço do leite, do feijão e de outros produtos está subindo a todo momento

O Governo já autorizou mais um aumento do leite especial para o Rio Grande do Sul, desde o início do mês, e novo aumento para o resto do País a partir do próximo dia 26. O leite B, que o Governo retirou da tabela em abril, está sendo cobrado de 100 cruzeiros para mais. Um quarto de café chega a 175. E o pãozinho está custando de 9 a 10 cruzeiros cada.

Com esses preços, muitos trabalhadores que ainda se alimentavam antes do serviço não poderão mais nem dar o "café da manhã" para seus filhos. E não foi só café, leite e pão que aumentaram mais do que os salários. O óleo de soja, arroz, feijão, cebola, tomate e tudo mais subiu novamente de preço.

Feijão Barato?

Para forçar a queda dos índices de inflação nesse mês, a Secretaria de Planejamento do governo e a Associação dos Supermercados anunciaram a venda de feijão a 89 cruzeiros o quilo. Mas em muitos lugares esse feijão não é encontrado. Dizem que "já acabou" e quem puder que compre até por 225 cruzeiros um outro. Mesmo assim, essa "promoção" do governo é somente para São Paulo, Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Brasília, e durará apenas até o final do mês.

Representantes do Governo informaram aos jornais que de 450 mil toneladas de feijão estocado, somente 22 mil serão vendidas a 89 cruzeiros o quilo. O que sobra continuará guardado até que o governo, sem consultar os trabalhadores, resolva colocar à venda para a população, e pelo preço que quiser.

E enquanto a maioria da população come menos e muitos passam fome já há informações de que o Brasil poderá exportar feijão nesse ano, porque da safra prevista, de 3 milhões de toneladas, deverá sobrar bastante.

Café, Leite e Pão

O Governo e não o aumento do preço da gasolina, é o principal responsável pelos absurdos aumentos. Foi ele quem tirou da tabela o café e o leite B e acabou com o subsídio que dava ao pão. E foi ele

Venda casada

Everaldo Venâncio da Silva, de Santo André, denunciou na delegacia de polícia o proprietário de uma padaria que estava obrigando as pessoas a comprarem pão para levar o leite especial, forçando a venda casada dos produtos.

Isso vem ocorrendo com muita frequência, embora o Código de Processo Penal considere crime contra a economia popular a tal de venda casada. A denúncia de Everaldo foi feita no início do mês e até agora não deu em nada, como também não deu em nada as denúncias de que tem formol no leite, menos de um litro em cada saco e outros roubos em cima do trabalhador.

ainda que autorizou aumentos do leite especial em abril e para esse mês. Embora continue na tabela, a partir do dia 26 o leite especial terá preços diferenciados, e custará mais até onde o salário mínimo é mais baixo, somente para manter o lucro das indústrias e distribuidores. Em Alagoas e Pernambuco, o leite vai para 65; no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba sobe para 67, enquanto que em São Paulo e outros Estados aumentará para 63.

E apesar de caro, esse leite é ruim e difícil de ser encontrado, restando o leite B, que, de 42 cruzeiros no ano passado, já triplicou de preço, pois é cobrado de 100 a 150 cruzeiros.

Foi o governo também que em setembro do ano passado liberou o preço do café, que subiu mais de 133% até agora. E só de janeiro até o mês passado o seu preço foi aumentado cinco vezes.

Quanto ao preço do pão, até o governo previa um grande aumento, quando decidiu suspender o subsídio que dava ao trigo. Mas diz que a difícil situação do trabalhador, com salários baixos e preços de alimentos absurdos, é culpa da crise econômica, com o aumento dos preços de petróleo. Mas não houve aumento do petróleo no mês passado. E o aumento desse mês vai servir de desculpa para os empresários e o governo, novamente, subirem o preço de tudo. Menos os salários.



O preço da alimentação pode destruir a infância

Comer fora, um problema

A alta do custo de vida gerada pela inflação ocasiona a elevação dos preços dos diversos produtos básicos à sobrevivência, e dentre eles, está a alimentação. Esta reflete diretamente no poder aquisitivo da classe trabalhadora menos privilegiada.

O trabalhador, em consequência das enormes distâncias que enfrenta para chegar ao trabalho, é obrigado a fazer suas refeições em locais alternativos como: bares, restaurantes e lanchonetes. Nestes locais os lanches, salgadinhos, "comercial" ou "prato-do-dia" e bebidas custam entre 100 e 300 cruzeiros. Segundo a opinião de alguns trabalhadores da cidade de São Paulo, o alimento nem sempre satisfaz, além de ser caro.

A.S.X., segurança, recebe 28 mil mensais, diz que: "farofa" (mistura de carne com farinha), acompanhada de uma aguardente, não consiste numa refeição "bem vitaminada" e não vale os 150 cruzeiros que paga.

S.J., encanador, não tem o hábito de comer em bar, porque acha os preços "um absurdo". Para ele, a deficiência alimentar e a carestia provém de causas políticas. Seria necessário "acabar com a quadrilha que dirige o País e pôr alguém que preste". Acrescenta que se gasta muito com propagandas eleitorais, enquanto o povo convive com a miséria.

O "office-boy" C.V., ganha um salário mínimo por mês. Paga cem cruzeiros por um pedaço de "pizza" e um refrigerante. Acha que o preço está razoável, porque tudo está caro atualmente.

M.F.S., auxiliar de escritório, recebe pouco mais de 20 mil por mês. Diz que não almoça "comercial". No lugar de "temperos normais coloca-se salitre". "O salitre provoca inchaço no estômago" e a fome retorna num período de duas horas, por isso prefere lanchar. Gasta geralmente 250 cruzeiros por dia. Em sua opinião, cabe ao Governo fazer alguma coisa no sentido de melhorar, porque, "sem dúvida é ele que enfia a mão no bolso do povo".

R.M., metalúrgica, salário 23 mil, acha que o preço dos lanches é muito alto e às vezes são servidos alimentos estragados. Para ela, a causa que gera a carestia situa-se na crise do desemprego. Cobra-se muito, porque vende-se pouco. Haveria necessidade da interferência governamental quanto a um maior controle sobre a taxa-ção do custo dos produtos básicos (leite, pão, arroz, feijão, verduras, etc).

M.G., motorista de táxi, ganha livre, diariamente, por volta de mil

cruzeiros e gasta com almoço 300 cruzeiros. Acha que o preço está razoável. Embora acrescente, que sendo o preço do combustível reajustado constantemente, a alimentação também não fica isenta de aumentos. "Não há outra saída para o trabalhador se não se controlar esse setor da economia".

J.M.R., pintor de paredes, tem pago 45 cruzeiros por um pastel. Em sua opinião o governo está preocupado com a "alta do combustível" e o "agricultor planta, mas o seu produto não tem preço", ficando sem estímulos para novos plantios.

Por outro lado, o proprietário se sente vítima também da crise econômica, como é o caso de B.A. que tem um bar em Santo Amaro e faz a seguinte denúncia: "O intermediário é uma forte barreira contra a baixa dos preços". "A alimentação é muito cara; não posso vender barato porque também sou explorado".

L.P.M. tem um "buffet" ambulante em Moema e diz que tem obtido bons lucros, alcançando quase cem por cento sobre cada produto. Porém, ele ressalta a boa qualidade da comida que é vendida em seu "buffet", sendo válido o preço pago pelo consumidor.

Verifica-se que o trabalhador, que despende com sacrifício as suas horas de trabalho, enfrentando problemas de distância e condução, é ainda vítima da má alimentação a que forçosamente é submetido. Exemplificando: o trabalhador que ganha um salário-mínimo ou pouco mais, gasta com comida em casa e fora de casa, somando-se aos gastos de condução, aluguel, água, luz, etc. chega-se a conclusão de que o seu salário é insuficiente para cobrir as despesas básicas, restando-lhe ainda uma soma deficitária no final de cada mês, de contas a pagar.



Cardenal fala sobre a Frente Sandinista

Nicarágua analisa a revolução

O sacerdote, poeta, revolucionário e ministro da Cultura da Nicarágua, Ernesto Cardenal, pregou, nos dez dias de visita ao Brasil, encerrada dia 2, a união entre os setores progressistas da Igreja Católica com os partidos e organizações revolucionárias para a derrubada do poder da burguesia e imperialismo em toda a América Latina. No período que permaneceu em nosso país, visitando Brasília, Rio e São Paulo, Cardenal manteve encontros com setores da Igreja Católica, trabalhadores, favelados e intelectuais.

Ao falar a um grupo de representantes de favelados de Santo André, reunidos na igreja de Vila Palmares, Cardenal explicou que na Nicarágua, durante a ditadura de Anastácio Somoza, a organização guerrilheira Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) tornou-se em dado momento o único agrupamento de oposição que poderia levar o povo à tomada do poder, razão pela qual houve maciça adesão à luta armada, que levou o regime à derrota em 19 de julho de 1979. "A revolução nicaraguense foi feita baseada no princípio de que as riquezas são criadas por todos e a todos se destinam, razão pela qual os cristãos da Nicarágua, por saberem que aquilo que a FSLN estava defendendo era exatamente o que os apóstolos defendiam, aderiram ao movimento contra a ditadura", disse Cardenal aos favelados. Salientou que "os cristãos nicaraguenses são sandinistas e os sandinistas são cristãos".

Contra-revolucionários

Cardenal afirmou que setores conservadores da Igreja da Nicarágua mantêm divergências com a revolução e que os contra-revolucionários tentam hoje utilizar essas divergências contra o poder popular instalado no país, mas que a maioria dos bispos e sacerdotes apoia os sandinistas. Explicou que o processo de favelamento da Nicarágua anterior à revolução é idêntico ao que ocorre no Brasil e demais países da América Latina, ou seja, os trabalhadores do campo que não tendo terra para trabalhar buscam melhores condições de vida na cidade. Mas nos primeiros dias percebem que a situação de explo-



Cardenal, da Nicarágua

ração é idêntica ao do campo e não tendo recurso para adquirir ou alugar casas, são obrigados a viver nas favelas.

Segundo Cardenal, o governo dos sandinistas expropriou e entregou aos favelados os terrenos onde erguiam as faveladas, em Manágua, capital do país, e que o governo está realizando habitações "pobres mas confortáveis" para instalar essas famílias.

Assunto encerrado

O sacerdote nicaraguense afirmou ser "assunto encerrado a traição à revolução por parte de Eden Pastora" (Comandante Zero). "Pastora" - disse ele - perdeu o apoio do povo no momento que, atraído pelas promessas do imperialismo, decidiu trair a revolução sandinista."

Defendeu, por outro lado, a reformulação da Organização dos Estados Americanos (OEA) de maneira a serem excluídos os Estados Unidos. Essa posição, que é do governo nicaraguense, surgiu depois da guerra das Malvinas, quando os Estados Unidos decidiram apoiar a Inglaterra. Especificamente sobre a política brasileira Cardenal afirmou que não poderia fazer comentários, uma vez que esse era assunto interno do Brasil. Mas durante conferência na faculdade Metodista em São Bernardo, afirmou saber que "os trabalhadores brasileiros seguem bons caminhos" e que "tinha conhecimento do movimento sindical surgido no ABC".

Os favelados e o ministro

Abaixo, trechos da conversa de Cardenal com os favelados:

Favelado: Meu salário não dá para dar pão aos meus filhos e por isso fui obrigado a ir para a favela. E aí me aconteceu a coisa mais triste de minha vida. Apareceu um proprietário dizendo que a terra era dele e a polícia me machucou muito. Qual o direito que a gente tem da terra?

Cardenal: Deus criou todas as riquezas da terra não somente para os ricos. A situação dos pobres é a mesma na América Latina e nos países do Terceiro Mundo. Preocupada com esses problemas, a revolução sandinista iniciou uma campanha de alfabetização na Nicarágua, não apenas para ensinar a ler e escrever, mas para criar homens livres, alfabetizar para libertar. Houve também uma reforma agrária, nacionalização dos bancos e distribuição de terras aos favelados. Tudo isso faz com que o povo apoie a nossa revolução, que foi feita para os pobres.

Favelado: Qual o melhor meio da gente incentivar o povo para se unir em busca de uma situação melhor?

Cardenal: Cada país possui uma situação diferente. A situação da Nicarágua foi caracterizada por uma ditadura da família Somoza por quatro décadas. O povo percebeu que a única oposição verdadeira à essa ditadura era o movimento armado da Frente Sandinista. Com isso, a revolução passou a ter uma participação fortíssima dos cristãos, padres e freiras, e essa fé levou ao triunfo, à vitória.

Favelado: Aqui, nós temos medo, pois acham que tudo é subversão. A polícia é um bicho para nós. Será que uma pessoa procurar o direito de morar, o pão para comer, a água para beber, será que é subversão? A gente queria também que o

senhor explicasse o que é Frente Sandinista.

Cardenal: A Frente Sandinista foi fundada há 20 anos, em homenagem a Augusto César Sandino, um operário que, com o apoio dos camponeses, declarou guerra à intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua. Depois de seis anos de guerra, os Estados Unidos deixaram a Nicarágua e Sandino aceitou um tratado de paz e se dispôs a depor suas armas. Por ordens dos Estados Unidos, Sandino foi assassinado por Somoza, que recebeu como prêmio, pelo que fez, a presidência da Nicarágua, iniciando uma dinastia que durou 50 anos. Há três anos, depois de muitas lutas nas montanhas, o último dos Somoza fugiu e a Frente Sandinista assumiu o poder na Nicarágua.

Favelado: Estou contente de estar aqui junto com a Justiça. Se Cristo falou que a terra não é para vender, não podemos comprar a terra. Nós queremos o direito de moradia, a posse, sem comprar.

Cardenal: O que a companhia falou revela que a revolução já estava na Bíblia. Deus proibiu que se vendesse a terra, assim como proibiu que houvesse pobres. Por isso, para nós a revolução e a Bíblia são uma coisa só.

Favelado: Por que os pobres são tão perseguidos pelos ricos, se nunca encontrei na Bíblia algum trecho onde Jesus passou escritura da terra para os tubarões, que deixam a gente sem o direito de moradia?

Cardenal: Na Bíblia também temos a presença do demônio. Cristo disse que o dinheiro era o demônio e que era impossível servir a Deus e ao dinheiro ao mesmo tempo. Temos ainda o pecado original, que aparece em forma do egoísmo e da injustiça, o que leva a sociedade a ter ricos e pobres. Mas a Bíblia diz também que um dia o bem triunfará e, nesse dia, não haverá mais injustiça.

Tribuna Livre

Escândalo de Credenciamentos

Irma Passoni
Deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores, em São Paulo. Secretária Geral do Diretório Regional do PT paulista.

Os escandalosos credenciamentos feitos pelo ex-ministro Jair Soares, visando favorecer sua candidatura a governador pelo Rio Grande do Sul, infelizmente, não se limitaram ao Estado sulino. No último dia 13, a Capital e o interior paulista, foram também contemplados com credenciamentos autorizados pelo ex-ministro Jair Soares e também sustados pelo novo ministro Hélio Beltrão.

Os favorecidos pelos credenciamentos de última hora no nosso Estado foram um laboratório da Capital e um hospital da cidade de Paraguaçu Paulista. Além destes que constam como "autorizados em caráter excepcional pelo ministro da Previdência e Assistência Social", o superintendente do Inamps paulista autorizou seis substituições a médicos credenciados em Itu, Cubatão, Santa Cruz do Rio Pardo, Catanduva e Rio Claro. Se há substituições, há também novos credenciamentos. A imprensa procurou o superintendente regional e ele se recusou a fornecer explicações sobre o fato.

Tudo mundo está cansado de conhecer o péssimo estado da Previdência Social em nosso País. O atendimento médico é dos piores possíveis. O trabalhador arca com os custos de um serviço ineficiente, milhares de pessoas se enriquecem às custas de um serviço público, que deveria estar voltado prioritariamente para o bem-estar da população.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, da qual o Brasil é um dos signatários, afirma categoricamente que todo ser humano tem direito a uma assistência médica satisfatória, que garanta seu bem-estar e de sua família. Basta levantar os dados do último censo para verificar o quanto o Brasil está distante desta meta: a taxa de mortalidade infantil é espantosa, os surtos de meningite, febre tifóide, doença de chagas, malária e uma série infindável de doenças endêmicas ceifam anualmente a vida de milhões de brasileiros. Isso sem falar da subnutrição crônica, responsável maior por esta calamidade em que nos encontramos. Por isso, choca-nos profundamente o fato de que, logo após o presidente da República ter baixado decretos que roubam de maneira descarada o bolso do trabalhador como forma de contrabalançar o déficit da Previdência, estejam acontecendo fatos como estes, credenciamentos com finalidades políticas, que nada ajudam na melhoria do atendimento da saúde da população. O Inamps tornou-se uma poderosa máquina de enriquecimento ilícito, com as autoridades fazendo vistas grossas e sendo cúmplices. Enquanto isso, a maior parte das Santas Casas espalhadas pelo interior do Estado encontram-se em situação calamitosa.

O trabalhador, no entanto, é obrigado a pagar o Inamps por um serviço que não recebe. E as clínicas particulares, tornando-se cada dia mais fortes e poderosas, irão ainda acabar engolindo o serviço de saúde pública. Isto quer dizer que a maior parte da população brasileira, que não pode dar-se ao luxo de pagar, ficará entregue aos mínguados serviços da Previdência.



Nossa Vez

Outras funções

Altino Dantas enviou a seguinte carta a Lula, presidente nacional do PT, e aos demais companheiros:

"Companheiros: Durante cerca de dois anos trabalhei junto com o companheiro Lula. O bom desempenho dessa tarefa só foi possível pela compreensão e colaboração de todos os companheiros do nosso PT. Hoje, em função de minha indicação como candidato a deputado federal por São Paulo, concluímos, eu e o companheiro Lula que não seria possível continuar desempenhando as funções que exercia (secretário do presidente do partido). Assim sendo, tem esta a finalidade de informar a todos os companheiros que já está trabalhando no meu lugar o companheiro Wander Bueno do Prado, que espero venha a merecer dos companheiros a mesma confiança e colaboração que sempre encontrei por parte de todos os organismos e militantes do PT. O companheiro Wander atenderá no telefone: 458.7102, e poderá ser encontrado no seguinte endereço: Rua Newton Prado, 76, Centro — São Bernardo do Campo — Cep: 09700, para onde deverão ser enviadas as correspondências do presidente do PT. PT Saudações. Altino R. Dantas Jr., São Paulo, 25 de maio de 1982."

Finanças

Em Acorizal, Mato Grosso, os militantes do Partido dos Trabalhadores fizeram no Dia da Páscoa, 11 de abril passado, sua libertação política. Na reunião do diretório, depois da Convenção, organizaram assim suas finanças.

Tebaldi

A Prefeitura de Americana, no Estado de São Paulo, distribuiu a seguinte nota a respeito da saída do prefeito Waldemar Tebaldi do PT:

"No dia 25 passado, o prefeito Waldemar Tebaldi, de Americana, rechaçou notícia de 'O Estado de S. Paulo', página 2, edição de 23/05, dando conta de que ele teria dito que 'o PT tem um passado triste e um futuro nojento'. Como até agora o referido jornal não publicou a resposta do prefeito, Waldemar Tebaldi resolveu encaminhá-la aos Diretórios Regional, Estadual e Nacional do Partido dos Trabalhadores para que não parem dúvidas quanto ao respeito que ostenta em relação ao PT. Abaixo, segue a nota do Prefeito enviada a 'O Estado': O prefeito de Americana, Waldemar Tebaldi, rechaçou ontem notícia publicada na página 2 de 'O Estado de S. Paulo' do último dia 23, dando conta de que Tebaldi teria dito que o Partido dos Trabalhadores 'tem um passado triste e um futuro nojento', acrescentando que essa afirmação é uma 'infâmia'. Segundo o prefeito, 'o autor da afirmação aproveitou a ocasião para expelir o seu veneno contra o Partido dos Trabalhadores, usando o nome do prefeito Waldemar Tebaldi'. Para o prefeito, tal afirmativa 'só pode ter partido de um inimigo do PT, que, por covardia, não teve a coragem de assinar tal infâmia'.

Tebaldi explicou que o seu desligamento do PT deveu-se 'a questões locais, porque em Americana o prefeito do Partido dos Trabalhadores foi humilhado e combatido pelo próprio PT e não teve condições de participação', acrescentando também que 'a radicalização e o desprezo dos valores do passado, por parte de elementos do Diretório Municipal', motivaram a sua decisão. Waldemar Tebaldi afirmou que 'tinha e tenho um grande respeito pelo PT, isto porque dentro do Partido dos Trabalhadores estão autênticos e leais companheiros que conhecem o Tebaldi e sabem que jamais partiria do prefeito de Americana tal 'infâmia', referindo-se à afirmação publicada pelo 'O Estado' como sendo de sua autoria."



Os petistas de Minas fazem passeata pela avenida Afonso Pena e chegam à praça Sete.

Minas Gerais escolheu a sua chapa de candidatos

Depois do Encontro, os petistas saíram em passeata

"Os exploradores e os opressores há muito tempo demandavam uma resposta dos trabalhadores. O PT é uma resposta a toda a opressão, é uma resposta ao massacre de Ipaatinga em 1966, quando era governador o sr. Magalhães Pinto, que hoje se faz de democrata; é a resposta a todos que reprimiram o ABC paulista, que ameaçaram os nossos filhos e as nossas famílias no 1º de Maio de 1980.

O PT é a resposta a Francelino Pereira, que jogou água nas 'formiguinhas' e professores em greve; é a resposta, enfim, à morte do pedreiro Oracilio que tombou por lutar por uma sociedade justa e igualitária."

Com essas palavras, entrecortadas pelo aplauso das 1.500 pessoas que lotavam as galerias e o plenário da Assembleia Legislativa, durante o Encontro Estadual do PT de Minas Gerais, Sandra Starling, escolhida por mais da metade dos 198 delegados presentes como candidata do Partido dos Trabalhadores ao Governo do Estado, agradeceu a sua indicação e iniciou a campanha eleitoral rumo ao Palácio da Liberdade.

Os candidatos

Juntamente com Sandra Starling, os delegados escolheram o

marceneiro Milton Freitas para vice-governador; Joaquim José de Oliveira ("seu" Joaquim), metalúrgico, para senador, e Jorge Nahas, médico, para primeiro suplente de senador.

O Encontro — ou "pré-convenção" — deu bons frutos, ao garantir a democracia interna do Partido. Depois de aprovarem, no sábado, a formação do Comitê Eleitoral Unificado e do Fundo Financeiro Comum, os delegados petistas discutiram, em grupos, durante toda a manhã de domingo, a composição das chapas aos cargos majoritários, chegando a formar cerca de 40 composições. Na volta ao plenário, surgiram diversas propostas, que se fundiram por consenso, resultando na eleição dos candidatos, cargo por cargo, até a formação final da chapa, que mostrou mais uma vez a unidade do Partido. Sandra Starling obteve 115 votos contra 49 do segundo colocado, Elcio Reis, que, ao final do escrutínio, foi à tribuna para empenhar irrestrito apoio à candidata eleita, selando a unidade do Partido com um abraço fraterno.

Passeata

Após a formação da chapa majoritária e a escolha dos 48 candidatos a deputado estadual e dos 26 a federal, formou-se defronte à As-

sembléia uma grande concentração dos petistas, que, espontaneamente, saíram em passeata, tendo à frente os candidatos, ladeados pelas bandeiras vermelhas do Partido e das faixas que levavam o lema: "Contra o Governo dos patrões, só há uma opção: Partido dos Trabalhadores", "Terra, Trabalho e Liberdade".

Depois de percorrer, por mais de uma hora, as principais ruas da cidade, os participantes chegaram ao centro da cidade, sendo saudados por papel picado que caía dos prédios, concentrando-se no famoso obelisco da praça Sete, no coração de Belo Horizonte, sempre sob o lema: "Lutar, vencer, operários no poder."

Do obelisco, os candidatos discursavam, tendo as suas palavras repetidas em coro pela multidão: "Chamam a nós, trabalhadores, de incompetentes para governar, mas incompetentes são aqueles que causaram uma inflação de mais de 100%, aqueles responsáveis pela alta taxa de mortalidade infantil, pelo crescente desemprego, aqueles responsáveis pela corrupção e má administração dos fundos públicos", disse Sandra Starling, primeira mulher a concorrer ao cargo de governador na história política de Minas Gerais.

Criado Comitê Eleitoral Unificado Nacional do PT

A circular da Comissão Executiva Nacional

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores reuniu-se nos dias 29 e 30 de maio e, entre outras deliberações, aprovou a criação do Comitê Eleitoral Unificado Nacional. A propósito, a CEN divulgou uma circular especial, que transcrevemos na íntegra a seguir:

"Em conformidade com o que foi estabelecido na Carta Eleitoral aprovada no último Encontro Nacional de nosso Partido, a Comissão Executiva Nacional, reunida em 29 e 30 de maio, resolveu constituir o Comitê Eleitoral Unificado Nacional:

"Esse Comitê será coordenado pelos companheiros Apolônio de Carvalho, Francisco Weffort e Hélio Doyle, membros da Executiva Nacional.

"Subordinado à Executiva Nacional, e sob delegação dela, o Comitê Eleitoral Unificado Nacional tem como tarefa assumir efetivamente o comando da campanha eleitoral a nível nacional e assegurar o cumprimento do disposto na Carta Eleitoral, Plataforma Nacional e em todas as resoluções do Partido acerca da questão eleitoral. O Comitê Eleitoral Unificado Nacional cuidará também da integração entre os aspectos propaganda, organização e finanças, a nível nacional, buscando garantir um crescimento real do PT em todo o País no decorrer da campanha.

"A Executiva decidiu também que o Comitê Eleitoral Unificado Nacional determinará, como primeira orientação fundamental, a constituição do Comitê Eleitoral Unificado em cada Estado e Município, integrado por companheiros que não sejam candidatos nas eleições proporcionais. Os candidatos majoritários deverão estar integrados aos Comitês, mas não em sua coordenação. Cada Comitê estadual deverá assumir também a responsabilidade de organizar a agenda dos candidatos majoritários no período da campanha.

"As Comissões Executivas Regionais devem constituir imediatamente os Comitês Eleitorais Unificados estaduais, tendo prazo até 20 de junho

para fazer chegar ao Comitê Eleitoral Unificado Nacional um relatório escrito sobre a situação eleitoral do PT no Estado. Esse relatório deve ser o mais detalhado possível e é de responsabilidade do Comitê Eleitoral estadual. Deve conter ainda a composição do Comitê Eleitoral Unificado, com nomes, endereços e telefones.

"Nesses relatórios, os Comitês estaduais devem dizer quais são as deficiências que sentem em seu Regional e o que esperam do Comitê Eleitoral Unificado Nacional, assim como informar as iniciativas em curso na sua área, acrescentando sugestões que possam servir ao PT em âmbito nacional.

"Após esses relatórios, todas as informações sobre a campanha em cada Estado devem ser enviadas regularmente ao Comitê Eleitoral Unificado Nacional, que as centralizará.

"A Executiva Nacional convoca para 3 e 4 de julho uma reunião conjunta entre seus membros, os candidatos a governador e senador de todos os Estados e o coordenador de cada Comitê Eleitoral Unificado regional. É fundamental e indispensável a presença de todos os convocados a essa reunião, que se realizará em Brasília, na Câmara dos Deputados, começando às 10 horas de sábado, dia 3, e terminando às 16 horas do domingo, dia 4.

"Os gastos com alimentação, alojamento e transporte em Brasília correrão por conta da Nacional, cabendo aos Regionais arcar com as despesas de viagem. Fica acertado que nenhum companheiro deverá marcar passagem de volta a seus Estados em horário que despreste o término previsto para as 16 horas.

"Toda correspondência relativa ao Comitê Eleitoral Unificado Nacional deverá ser encaminhada ao seguinte endereço: Câmara dos Deputados, Partido dos Trabalhadores, Comitê Eleitoral Unificado Nacional (a/c da Secretaria de Organização), 24, andar, Anexo 1, Brasília, DF, CEP 70.160. PT Saudações! Luís Inácio da Silva, presidente Nacional do PT; Jacó Bittar, secretário geral.)

São Paulo completa a chapa

Em um dos encontros estaduais mais concorridos até hoje, o PT de São Paulo se reuniu nos dias 29 e 30 de maio, com 1.157 delegados de todo o Estado, representando cada um 63 filiados. Esse Encontro foi o coroamento de um processo iniciado em 13 de dezembro que realizou milhares de reuniões de núcleos de base e centenas de plenárias de filiados por diretórios municipais e distritais, mobilizando no Estado mais de 7 mil filiados.

Complemento

O Encontro complementou a chapa dos candidatos majoritários (Lula para governador, Jacó Bittar para senador, Hélio Bicudo para vice-governador e Lélia Abramo para suplente de senador) com a chapa de 36 candidatos a deputado federal e 72 candidatos a deputado estadual.

A parte mais demorada do Encontro foi a discussão sobre a plataforma estadual, discussão que mobilizou todos os delegados, pois é com essa plataforma que o Partido dos Trabalhadores se apresentará à população e ao eleitorado do Estado de São Paulo. Na próxima edição deste jornal publicaremos um resumo da plataforma.



O Encontro de São Paulo

Fala, Companheiro!

"Tomar o Poder, com o povo"

O companheiro que fala nesta edição é Francisco de Paula Garcia Caravante, trabalhador petroleiro e dirigente sindical.

O caráter das eleições de novembro não se resume tão somente em ganhar o governo. A tomada do poder, através do voto, requer, acima de tudo, um nível de organização do povo no sentido de se dar um respaldo à conquista do poder. Dessa forma, o embate deverá ser travado pela própria sociedade na medida em que, organizada, possa fazer frente a todos os desafios que são impostos pelo sistema.

Dentro dessa perspectiva, a tarefa fundamental do PT é a de organizar a sociedade em todos os níveis a fim de que, ela mesma, seja capaz de sustentar suas aspirações e, consequentemente, modificar toda a estrutura da nossa Nação.

A título de exemplo, temos a classe trabalhadora que, mesmo sob a pressão do sistema e do Governo, está caminhando para a sua emancipação com uma consciência de classe, adquirida pelas grandes lutas.

A conquista do poder só se



dará, então, pela sociedade como um todo, e esta é a tarefa mais difícil porquanto têm que ser eliminados os velhos vícios do populismo e de interesses particulares e pessoais.

Temos uma responsabilidade muito grande na condução desse processo, uma vez que nos propomos a modificar, de uma vez por todas, a estrutura arcaica que só interessa aos atuais detentores do poder.

Nesse sentido, acreditamos, teremos a vitória final de se tomar o poder porém com a sustentação de todo o povo, aliás, o mais interessado no processo.



As mulheres do PT de São Paulo reuniram-se na Assembleia.

Mulheres preparam-se para reunião nacional

Encontro será nos dias 19 e 20 de junho

Enquanto nos corredores da Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 5 de junho, se respirava um ar pesado, de opressão, pelos que preparavam a Convenção Estadual do PDS, 75 mulheres, todas militantes do PT, se reuniam tranquilamente num plenário na Casa.

Vindas do Interior e de vários locais da Capital, elas realizavam o Encontro Preparatório para o Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres — a realizar-se nos dias 19 e 20 de junho — num clima de solidariedade fraterna. Falavam do seu trabalho prático, no dia-a-dia, com as mulheres, de suas preocupações, buscando no Encontro uma forma coletiva de soluções para a questão da organização do Movimento de Mulheres e da atuação das petistas na campanha eleitoral.

Participação

Convocado pela Secretaria de Movimentos Populares do PT e organizado pela Comissão de Mulheres do PT de São Paulo, o Encontro abriu com o depoimento de cada uma das mulheres presentes, expressando o que esperavam ser respondido pela reunião. Entre as presentes — várias candidatas a vereadora, a vice-prefeita, a deputada federal, lideranças sindicais, de diversos grupos feministas e de grupos de mulheres de periferia — a maioria estava muito preocupada em resolver como se daria a participação das mulheres na campanha eleitoral, organizando as mulheres em torno de suas reivindicações, sem estar simplesmente arremetendo o voto feminino para o Partido.

Após a apresentação inicial de cada participante, a Comissão de Mulheres de São Paulo apresentou o documento que tinha elaborado para o Encontro. Com contribuições e sem nenhuma divergência de peso foi aprovado o conteúdo deste. Fazendo uma "pequena história do movimento" das mulheres em SP, o documento faz uma rápida caracterização do estágio atual das lutas feministas, demonstrando que "o movimento de mulheres em SP apresenta-se disperso e diversificado", sem ter ainda "as características de um movimento de massas".

Segundo o documento, cabe às mulheres do PT se empenharem na luta para fazer avançar a organização das mulheres. "a partir de suas questões específicas, nos sindicatos das diversas categorias profissionais, nas associações de bairros, nos grupos de feministas etc."

Ressalta, ainda, que a relação entre o Partido e o movimento deve caracterizar-se pelo respeito às formas próprias de organização das mulheres e à autonomia do movimento.

Pontos específicos

Entre as questões principais da relação entre o Partido e o movimento, as petistas se posicionaram contra "as correntes sexistas que defendem uma posição antipartidária e apolítica como forma de garantir a autonomia do movimento" e contra a formação de federações de mulheres, tema que se tornou muito polêmico em SP a partir da formação da "Federação de Mulheres". Opondo-se às Federações de Mulheres, o documento argumenta que "as mulheres em si não constituem nenhuma classe ou categoria profissional".

"Não podem, portanto, isolar-se do conjunto da luta dos trabalhadores. Devem, ao contrário, levar para dentro das lutas dos trabalhadores as suas reivindicações."

O Encontro indicou, no entanto, que "o PT entende que a única forma de unificar as mulheres são as suas lutas, as suas campanhas. Na medida em que um problema feminino se constitui num móvel de luta para uma parcela significativa de mulheres, esse problema deve ser enfrentado de forma unificada, através das coordenações de luta, onde cada grupo de mulheres indicará democraticamente a sua representante".

Plataforma

Assinalando que o Encontro não se propunha a detalhar os pontos da plataforma do PT que tratam da discriminação da mulher, as mulheres presentes aprovaram de forma geral que "o significado do PT é este: combater toda exploração e discriminação reforçada e agudizada por esta estrutura de governo que atinge mais duramente a mulher pelo simples fato de ser mulher."

Porém, algumas das questões mais presentes no movimento de mulheres foram discutidas com vistas a serem incorporadas às plataformas municipal e estadual do PT de São Paulo. Outras serão incorporadas a partir dos debates que a Comissão de Mulheres está promovendo com vários especialistas nas questões femininas e que visam assessorar o Partido neste momento eleitoral. No encontro, as mulheres exigiram que os folhetos e cadernos de temas que resultarem dessas reuniões sejam de acesso a todos os militantes.

Os grupos que o Brasil vai enfrentar na Copa

A tabela do Campeonato Mundial de Futebol, que agora se inicia, favorece os grandes grupos e os favoritos

6	grupos	I				II				III				IV				V				VI			
24	participantes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
12	sedes	RIO		COPIA		ELIM		OVIDO		ALVARO		ELDO		ELMO		VALLADO		VALERA		ELMADO		SEVILLA		MALAGA	
13	estádios	Barcelon		Rozar		El Molino		Catal Tarraco		J. P. de Pina		Ramon Escorial		San Mar		Nobis Estadio J. Zarilla		Luis Comas		La Ramada		B. Vicensani		La Portosa	
2	horário	12:15				12:15				16:00				12:15				16:00				16:00			
PRIMEIRA FASE																									
JOGOS																									
JUNHO																									
13 INAUGURAÇÃO EM BARCELONA - 15:00 horas Argentina x Bélgica																									
14	Itália x Polónia																							Brasil x URSS	
15			Peru x Camar.									Hungria x El Salvador													Espanha x Nova Zelândia
16					Alemanha x Argélia								Inglaterra x França					Espanha x Honduras							
17									Chile x Áustria									Chapcoi x Kuwait							Uganda x Irlanda Norte
18	Itália x Peru											Argentina x Hungria													Brasil x Eslovénia
19																									URSS x Nova Zelândia
20																									
21																									
22																									
23	Itália x Camar.																								Brasil x Nova Zelândia
24																									
25																									
26	DESCANSO																								
Classif. por grupos	1º	A1				B4				A3				B6				D11				C8			
2º		C7				D10				C9				D12				B5				A2			

Essa edição do **Jornal dos Trabalhadores** está saindo dois dias antes do início da Copa do Mundo, que será aberta oficialmente no domingo, dia 13, pelo jogo Argentina x Bélgica, em Alicante. O Brasil estreia na segunda-feira, dia 14, contra a URSS, em Sevilha. Depois, o pau não pára mais, até a final, prevista para o dia 11 de julho. Abaixo, uma explicação da tabela de toda a Copa.

Na tabela da Copa do Mundo, o Brasil é o cabeça-de-chave do Grupo 6, ao lado da URSS, Escócia e Nova Zelândia. Devido a essa condição, ele leva, de início, uma vantagem: todos os seus jogos da primeira fase da competição serão disputados num mesmo estádio — o Villamarim, de Sevilha.

A segunda vantagem está na qualidade dos adversários, porque só acompanham um cabeça-de-chave em seu Grupo equipes secundárias ou ainda piores. As cinco outras equipes que reúnem as maiores chances na Copa — Itália, Alemanha Ocidental, Argentina, Inglaterra e o clube anfitrião, a Espanha — também foram contempladas com o privilégio de encabeçarem os seus respectivos grupos. É isso o que garante que eles não vão se enfrentar durante a primeira fase da competição.

Segundo a tabela, do ponto de vista do Brasil e admitindo que ele seja o vencedor do Grupo 6, sua situação, na sequência, será a seguinte: disputará os seus jogos em Barcelona, contra o segundo colocado do Grupo 1 e o segundo colocado do Grupo 3, que, com ele, integrarão o Grupo C.

Considerando a Itália como a favorita do Grupo 1 e a Argentina como a mais provável ganhadora do Grupo 3, teremos então, como "companhias" de Grupo, a Polónia e a Bélgica — equipes que provavelmente terminarão em segundo lugar. Mas o Brasil, ainda segundo a hipótese inicial, não os enfrentaria de imediato. Antes eles jogariam entre si, e o Brasil jogaria primeiro contra o perdedor deste jogo e só depois, no segundo jogo, contra o vencedor.

Continuando esse raciocínio otimista, o Brasil somaria o maior número de pontos e chegariam então às semifinais, enfrentando o ganhador do Grupo A, que será integrado provavelmente pela Itália, URSS ou Escócia e Argentina. Passando também por esse adversário (a Argentina, quem sabe?), vamos disputar a final contra o vencedor do jogo entre o campeão do Grupo B (possivelmente integrado por Alemanha, Inglaterra e Iugoslávia) e o campeão do Grupo D (provavelmente constituído por Espanha, Áustria e França).

Grupo A				Grupo C			
28/06		x		29/06		x	
12,15 h 1º do Grupo 1		1º do Grupo 3		12,15 h 2º do Grupo 1		2º do Grupo 3	
01/07		x		04/07		x	
12,15 h Perdedor		2º do Grupo 6		12,15 h Vencedor		2º do Grupo 6	
Grupo B				Grupo D			
29/06		x		28/06		x	
12,15 h 1º do Grupo 2		1º do Grupo 4		16,00 h 2º do Grupo 2		2º do Grupo 4	
02/07		x		01/07		x	
12,15 h Perdedor		2º do Grupo 5		16,00 h Perdedor		1º do Grupo 5	
05/07		x		04/07		x	
12,15 h Vencedor		2º do Grupo 5		16,00 h Vencedor		1º do Grupo 5	

SEMIFINAIS

08/07

12,15 h

Vencedor do Grupo A

08/07

16,00 h

Vencedor do Grupo B

08/07

12,15 h

Vencedor do Grupo C

08/07

16,00 h

Vencedor do Grupo D

FINAIS

10/07

16,00 h

Perdedor do jogo Ax C

11/07

16,00 h

Vencedor do jogo Ax C

10/07

16,00 h

Perdedor do jogo Bx D

11/07

16,00 h

Vencedor do jogo Bx D

CAMPEÃO MUNDIAL DE 1982



Como em muitas cidades os moradores de Cubatão também estão protestando contra o descaso das autoridades.

O povo luta contra más condições do ambiente

Nas passeatas, as exigências contra a fumaça, a poluição, o mau cheiro

Concentração e passeata pelas ruas centrais de Cubatão, no Estado de São Paulo, foi a forma de marcar o Dia Mundial do Meio Ambiente, dia 5 de junho, da Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida da cidade. Foi o dia de entregar as reivindicações aprovadas no I Congresso da entidade às autoridades e de marcar uma grande "marcha popular" no dia 7 de setembro, quando serão analisadas as medidas a serem adotadas pelo Governo e as indústrias e verificar o atendimento ou não das reivindicações.

A concentração, sendo realizada numa das cidades, mais poluídas do mundo, teve também um caráter unitário, reunindo vários movimentos populares, como o que luta contra a poluição da metalúrgica

Alliperti, na capital paulista, o Centro de Estudos Ecológicos de Santos, o Grupo Seiva de Ecologia, grupos preservacionistas de São José dos Campos, e outros. Mais uma vez, participaram vários cientistas ligados à Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência — SBPC — dando apoio à Associação das Vítimas e ressaltando a importância da luta popular.

A presença do Partido dos Trabalhadores no ato foi bastante marcante, com militantes do Partido atuando em praticamente todos os núcleos de bairro da entidade e conduzindo passeatas que chegaram juntas à praça frontal à prefeitura da cidade, onde o prefeito nomeado recebeu as reivindicações em nome do governador bionêdo Maria Marin. Esse fato foi ressaltado pelos

dirigentes da Associação das Vítimas como uma vitória que merecia registro, "já que até três semanas atrás esses mesmos personagens do Governo se recusavam até mesmo a reconhecer nossa entidade", como afirmou Dorival Vieira dos Santos, membro do diretório regional do PT e da Coordenação Geral da Associação das Vítimas.

Outras reivindicações

Segundo explicou a Coordenação, a Associação não fica apenas na questão ambiental, nem a considera absolutamente prioritária às demais reivindicações, o que a diferencia dos demais movimentos ambientalistas. Para a Associação das Vítimas, a poluição do ar, do solo e da água e seus desastrosos efeitos, que chegam ao macabro, frente às crianças sem cérebro (anencefalia) que continuam sendo geradas naquela cidade e em outras da Baixada Santista, é um fator agravante das precárias condições de vida dos habitantes de Cubatão.

Por isso, as reivindicações, além de procurarem apontar o caminho popular para a solução do grave problema ambiental (resultado de 16 horas de debates do I Congresso), mostram a preocupação com o transporte, que é o mais caro do País; com a questão de moradia, pois 60 por cento da população vivem em favelas ou em terras invadidas, sem título de propriedade; à saúde, porque a assistência médica é precária e se avolumam os problemas de doenças; a questão do trabalho, o maior desemprego localizado de toda a região; e a fundamental questão da participação popular, exigindo a autonomia política da cidade e a participação direta da comunidade na administração municipal.

O deputado estadual do PT, Eduardo Suplicy, foi o único político que permaneceu até o final da concentração seguida de passeata (da qual participou) mesmo depois que se retiraram as câmaras de televisão. Manifestou seu apoio irrestrito à entidade popular, ao ato público e condenou os membros do poder que é imposto a todos nós pela política desastrosa e mortal que gerou os problemas de Cubatão e que tende a gerar outras tantas em muitas partes do País.



As crianças são as maiores vítimas do ar poluído

As perseguições a posseiros, no Rio Grande do Sul

"Sem Terra", boletim dos trabalhadores, denuncia o arbítrio

Trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul editam um boletim intitulado "Sem Terra", em que denunciam a sua situação de vida e trabalho e as perseguições de que são vítimas os posseiros, os líderes rurais e os padres.

Algumas dessas denúncias: "O Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra divulgou, através do seu último boletim, o resultado dos conflitos de terra no Brasil ocorridos entre agosto e dezembro de 1981. Anteriormente a CPT já havia publicado os números dos conflitos acontecidos até julho de 1981.

"Nesse último levantamento, que vai de agosto a dezembro de 81, foram registrados 142 conflitos envolvendo praticamente todos os Estados e Territórios da federação. As principais causas geradoras dos conflitos continuam sendo a grilagem, a expulsão e o despejo. E "os que cometem tais violências são justamente ilustres figuras da República, através de uma cadeia de interesses e de relações que vai do senador, do deputado, do ministro, até do oficial, ao juiz, ao delegado de polícia, ao policial, ao soldado, ao oficial de justiça, ao jagunço, ao pistoleiro profissional. Um retrato espantoso de banditismo acobertado por um infernal aparato de poder e pela certeza da impunidade", como relata José de Souza Martins, no prefácio do livro, "O Massacre dos Posseiros", de

Ricardo Kotscho, que fala dos conflitos de terras no Araguaia-Tocantins.

"Nos últimos 21 meses, segundo o relatório da CPT, foram assassinados 2 lavradores por mês no Baixo Araguaia, região onde cresce dia-a-dia o clima de tensão social e de violência, apesar da existência de órgãos como o GETAT — Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins — criado pelo Governo Federal com a finalidade específica de resolver o problema da terra. E a população local acredita que da forma como vem agindo, antes de 1983 o GETAT vai resolver o problema de terra na região. E em pouco tempo, toda a área estará titulada e nas mãos dos grandes grupos nacionais e estrangeiros. E os posseiros, quando não forem mortos, estarão engrossando a periferia das grandes cidades em completa marginalização social.

"Estes fatos, que fazem parte da rotina de milhões de pessoas esquecidas e confinadas nos fundos deste país, ainda não chegaram à consciência da chamada "população (urbana) civilizada". E os poucos comprometidos com os interesses dessa população marginalizada, sofrem todos os tipos de dificuldades, que vão desde a falta de informação; pois as páginas dos nossos jornais registram, quando muito, um décimo dos conflitos graves que

se alastram pelo país, até as ameaças constantes de violência e morte.

Em Santa Catarina, a CPT e Dôm José Gomes, bispo da diocese de Chapecó e presidente do CIMI, são duramente atacados e injuriados pelo presidente do STRs de Chapecó e pelo radialista Hilton Araldi, num programa de rádio, no qual foram acusados de comunistas, agitadores, subversivos e de estarem enganando os lavradores com o trabalho da CPT. Neste mesmo programa foram ameaçados de prisão. O fato ocorreu no dia 2 de maio deste ano. (Nota da Diocese de Chapecó).

Em Mato Grosso, a sede da CPT é assaltada e são roubadas as máquinas de escrever e outros materiais. Permanece a dúvida quanto aos responsáveis pelo ato: ladrões comuns?

No Pará, o pe. Ricardo Rezende — Coordenador da CPT Araguaia-Tocantins — é ameaçado de morte (Carta do próprio Ricardo)

Em Mato Grosso, no dia 27 de abril dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia e vice-presidente da CPT, é agredido e espancado em Ribeirão Bonito (MT), por Hélio e Raimundo Correia, filhos de um fazendeiro da região já envolvido em conflitos com posseiros na área da fazenda Azulona-Gameleira. Os dois são publicamente conhecidos como ligados à polícia.

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO 1 — Nº 6 — Segunda quinzena de junho — 1982 — Cr\$ 50,00



Os sindicatos rurais estão cada vez mais mobilizados

Sindicatos paraibanos fazem reivindicações

Documento apresenta várias denúncias sobre a questão da terra

Os sindicatos rurais da Paraíba elaboraram um documento de denúncias da situação local, que enviam a várias autoridades federais.

Desse documento, alguns dos trechos mais significativos:

"No Estado da Paraíba, 41% das terras agrícolas são áreas de pastagens, 13% das terras agrícolas são áreas aproveitáveis mas não utilizadas.

Isso significa que 54%, mais da metade, da área agrícola ocupada é subutilizada ou não utilizada. É terra coberta de capim ou de mato: É TERRA PRESA! Frente a isso, só 11% das terras agrícolas ocupadas são destinadas a produção de alimentos para o consumo interno, incluindo nesse cálculo também a cana-de-açúcar!

O agricultor que trabalha com suas próprias mãos não encontra lugar nessas terras. Por exemplo:

— em Tacima sobre acerca de 26.000 ha só vivem 200 famílias de moradores.

— em Mari sobre cerca de 25.000 ha. só vivem 40 famílias de moradores.

— em Barra de S. Rosa sobre cerca de 65.000 ha. só vivem 138 famílias.

— em Serra da Raiz 13 fazendas de gado só ocupam 25 famílias de moradores, e existem fazendas sem morador nenhum; o município passou, nos últimos 10 anos, de mais de 4.000 habitantes aos 3.532 atuais. Isso por causa da grande migração dos trabalhadores rurais, expulsos das terras onde moravam e trabalhavam e que agora andam pelo mundo e ninguém sabe onde estão!

No município de Barra de S. Rosa, existem 4 propriedades com uma extensão aproximada de 13.000 ha que os proprietários compraram, expulsaram os moradores, cercaram e as terras ficaram sem cultivar. Só serve para eles poderem tirar os empréstimos do Banco.

Mas, se são os pequenos que produzem os alimentos, não são eles que recebem o crédito.

Sem terra

"Além dos pequenos produtores, parceiros e arrendatários existe uma grande massa de trabalhadores assalariados sem terra; por causa da expulsão do homem do campo e dos incentivos do Governo à pecuária e a plantação de cana-de-açúcar, esta massa de sem terra está crescendo muito."

"Na cana-de-açúcar o horário é em média de 8 a 10 horas, mais o tempo de transporte para os trabalhadores alugados que moram na cidade (bóias-frias). Mas há muitos trabalhadores que trabalham mais de 10 horas, até 13 ou 15 ou 18 horas por dia.

Os que carregam os caminhões, por exemplo, trabalham seguido de 3 ou 4 horas da madrugada até as 11 horas da noite, dormindo nos lugares de trabalho, por Cr\$ 250-300 por dia, ou no máximo Cr\$ 2.000 por semana.

Transporte

"A vida do assalariado, especialmente da cana, inclui também outras dificuldades e perigos, como o transporte.

Os trabalhadores são obrigados a viajar em cima dos caminhões (pau de arara) com perigo contínuo de vida, e sem proteção nenhuma.

É o que aconteceu recentemente no Bola (município de Tacima) onde um desses caminhões virou, matando 27 trabalhadores bóias-frias, que estavam voltando de Pernambuco.

"Nós trabalhadores — diz o documento — também denunciaremos às autoridades e a opinião pública os casos de espancamento

de trabalhadores dentro dos engenhos, por parte dos administradores e capangas, quando não dos próprios senhores de engenho. E, por fim, vários outros tipos de abusos, até casos de morte, por supostos acidentes de trabalho nunca esclarecidos.

"E finalmente denunciaremos o impedimento, por parte dos proprietários, à livre atuação dos sindicatos nos lugares de trabalho, como determina a lei. Os patrões não querem que os dirigentes sindicais cumpram o seu papel em defesa dos trabalhadores no interior das propriedades.

As reivindicações

"Frente a essa situação de absoluto desrespeito dos direitos trabalhistas mais elementares, assegurados pelo Estatuto da Terra e pela Consolidação das Leis do Trabalho, nós trabalhadores rurais de 28 sindicatos, reivindicamos:

Salário real e unificado em todo o país; salário unificado e justo na nossa região, nunca inferior ao salário mínimo; que seja pago pelo menos o salário mínimo regional; que o pagamento seja semanal; que as mulheres também tenham direito de se alistar; que se desapropriem terras para a construção de grandes açudes públicos; que as áreas existentes nas proximidades dos açudes públicos, como também todos que venham a ser construídos, sejam de imediato distribuídas entre os trabalhadores sem terra; que seja feita uma fiscalização rigorosa sobre as irregularidades; que os sindicatos dos trabalhadores rurais participem ativamente no controle dos alistamentos e das obras a serem feitas pelas frentes de emergência, como de qualquer outra decisão que afete os trabalhadores rurais.

"Nessas reivindicações nos unimos às resoluções do "Encontro de dirigentes sindicais realizado em Patos, nos dias 21 e 22 de outubro de 1981, para estudar a situação do programa de emergência", e também às resoluções da 1ª CONCLAT sobre seca e emergência, e em particular onde fala da "imediata reformulação do plano de emergência de combate aos efeitos da seca no Nordeste, com a participação dos trabalhadores e da liderança sindical".

"Que seja revogado o Decreto-Lei 1910 de dezembro de 1981, eliminando-se o aumento nos descontos sobre salários e aposentadorias; que o valor da aposentadoria do homem do campo não seja inferior ao Salário Mínimo Regional, que sejam estendidos aos trabalhadores rurais todos os benefícios previdenciários dos trabalhadores urbanos, mantendo-se a contribuição indireta para os trabalhadores rurais; que a mulher trabalhadora rural tenha direito à aposentadoria da mesma forma que seu esposo; que sejam incluídos esposa e filhos dos trabalhadores no seguro contra acidentes de trabalho; que seja concedida a aposentadoria ao homem com 55 anos e à mulher com 50 anos, mas sem depender de pagar 30 ou 35 anos de contribuição direta; que se tomem providências energéticas e eficientes contra a má administração e a corrupção no sistema previdenciário; que o auxílio funeral para o trabalhador rural seja pago pela representação local do Funrural mediante a simples apresentação do atestado de óbito. Participação efetiva dos trabalhadores na gestão da Previdência Social.

E, por fim, nós exigimos que: "O poder público concentre todos os meios para incentivar as culturas de pequenos agricultores destinados ao abastecimento interno, no estrito interesse nacional".